



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CATÁLOGO DE  
**DESEMBARGADORES**  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA  
PARTE II: 1946 A 1975







**PODER JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário

CATÁLOGO DE

**DESEMBARGADORES**  
**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**REPÚBLICA – PARTE II: 1946 A 1975**

Distrito Federal, Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro (1946 a 1975)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1946-1960)

Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1960-1975)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1946-1975).

2 0 2 1

T J R J

R 585 Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça.

Catálogo de Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro: República - Parte 2: 1946 a 1975 / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, RJ : Tribunal de Justiça, 2021.  
220 p. : il. ; 16 cm.

Conteúdo: Pt.2 Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1946 a 1960). Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1960 a 1975). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1946 a 1975)

Bibliografia e Índice.

ISBN 978-85-60435-05-0

1. Poder Judiciário – História – Rio de Janeiro (Estado). 2. Poder Judiciário Rio de Janeiro (Estado) – Catálogos. 3. Rio de Janeiro (Estado) – Tribunal de Justiça - História. 4. Período Republicano (1946-1975) – Brasil. I. Figueira, Henrique Carlos de Andrade (Apres.). II. Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça. Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento. Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário III. Título.

CDU 342.56(815.3)



**PODER JUDICIÁRIO**  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira  
PRESIDENTE

**Diretoria-Geral de Comunicação  
e de Difusão do Conhecimento**

José Carlos Tedesco  
DIRETOR-GERAL

**Departamento de Gestão  
e Disseminação do Conhecimento**

Marcus Vinícius Domingues Gomes  
DIRETOR

**Museu da Justiça – Centro Cultural  
do Poder Judiciário**

Simone Araujo Fontarigo  
DIRETORA



MUSEU DA JUSTIÇA  
CENTRO CULTURAL DO  
PODER JUDICIÁRIO

CATÁLOGO DE DESEMBARGADORES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
República – Parte II: 1946 a 1975

IDEALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO

**Comissão de Preservação  
da Memória Judiciária**

Des. Décio Xavier Gama  
Des. Elmo Guedes Arueira (*in memoriam*)  
Des. Antônio Izaias da Costa Abreu  
Des. Ronald dos Santos Valladares  
Des. Orlando de Almeida Secco

COORDENAÇÃO GERAL

**Museu da Justiça – Centro Cultural  
do Poder Judiciário**

Simone Araujo Fontarigo  
DIRETORA

PESQUISA HISTÓRICA E TEXTOS

**Serviço de Acervo Textual, Audiovisual  
e de Pesquisas Históricas – SEATA**

Gilmar de Almeida Sá  
CHEFE DE SERVIÇO

EQUIPE

Alexandra Lucia Porto Daibert  
Ana Paula Silveira de Andrade  
Fábio dos Santos Teixeira  
Fernanda Coutinho Monteiro

PRODUÇÃO EDITORIAL

**Museu da Justiça – Centro Cultural  
do Poder Judiciário**

Sergio Ricardo von Sydow

IDENTIDADE VISUAL

**Serviço de Identidade Visual – SEIVI**

Felipe Barreto  
CHEFE DE SERVIÇO

**Designer**

Fernando Braga

IMPRESSÃO

**Serviço de Programação  
e Produção Gráfica – SEGRA**

Eduardo Brandão Capri  
CHEFE DE SERVIÇO



# APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem a satisfação de apresentar mais uma etapa do trabalho de pesquisa biográfica e funcional dos desembargadores que atuaram no território correspondente ao atual Estado do Rio de Janeiro, desde a instalação da Relação em 1752, no local onde hoje se encontra o Palácio Tiradentes, a poucos metros da sede da hodierna Corte estadual, até os dias atuais.

O terceiro volume do Catálogo de Desembargadores apresenta os magistrados que integraram os Tribunais de Justiça do Distrito Federal, do Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro nos anos de 1946 a 1975, período de profundas transformações de ordem política, no qual o Poder Judiciário manteve-se firme no cumprimento do seu papel de pacificação social, por meio da prestação jurisdicional e, conseqüentemente, contribuindo para o fortalecimento das instituições.

A publicação desta obra ocorre em meio às homenagens ao Dia da Memória do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 316/2020, do Conselho Nacional

de Justiça - CNJ, a ser comemorado no dia 10 de maio, data da criação da Casa da Suplicação do Brasil, em 1808, também na cidade do Rio de Janeiro. As investigações foram conduzidas pela equipe do Serviço de Acervo Textual, Audiovisual e de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário, unidade responsável pela preservação da memória institucional.

Por último, importa ressaltar que a iniciativa de levar a cabo este relevante estudo se deve à Comissão de Preservação da Memória Judiciária (COMEMO), e em especial ao Desembargador Elmo Guedes Arueira, íntegro magistrado e homem de bem, dedicado ao estudo do Direito e da História, que faleceu no último dia 05 de fevereiro e a quem prestamos merecida reverência.

*Desembargador*

**Henrique Carlos de Andrade Figueira**

Presidente do Tribunal de Justiça  
do Estado do Rio de Janeiro



# SUMÁRIO

|     |  |
|-----|--|
| 9   | <b>Introdução</b>  |
| 13  | <b>Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1946-1960)</b>         |
| 51  | <b>Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1960-1975)</b>      |
| 117 | <b>Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1946-1975)</b> |
| 176 | <b>Bibliografia e Fontes</b>                                       |
| 202 | <b>Índice Onomástico</b>   |



# INTRODUÇÃO

Os anos de 1946 a 1975 apresentaram avanços e recuos importantes no longo processo de consagração da ordem democrática e do Estado de Direito no Brasil. Em menos de 20 anos, a nova experiência da democracia, estabelecida pela Constituição de 1946, viu-se asfixiada pelo advento de um novo governo autoritário, exercido pelo comando das Forças Armadas. Neste ínterim, o Poder Judiciário foi impactado por estas profundas rupturas institucionais.

Após a destituição de Getúlio Vargas em 1945 e o fim do regime conhecido como Estado Novo, convocaram-se novas eleições, nas quais foram escolhidos os membros do Congresso Nacional, com competência para elaborar e promulgar uma nova Constituição. A Assembleia Constituinte iniciou os seus

trabalhos em fevereiro de 1946 e a nova Carta Magna foi promulgada em 18 de setembro do mesmo ano. Em sua essência, rompia com o autoritarismo expresso na Constituição de 1937, em prol do restabelecimento da independência e autonomia dos poderes da República, recuperando, e até mesmo expandido, preceitos importantes das constituições de 1891 e 1934.

O Poder Judiciário recuperou a sua autonomia. Aos magistrados foram reafirmadas as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, e foi restabelecida parcialmente a dualidade da Justiça (coexistência de uma Justiça Federal com as dos estados) com a criação do Tribunal Federal de Recursos (segunda instância)<sup>1</sup>. Foram restaurados e/ou aperfeiçoados instrumentos

---

<sup>1</sup> A CONSTITUIÇÃO DE 1946 NÃO RESTABELECEU A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, EXTINTA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OUTORGADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1937, O QUE FOI CONFIRMADO PELO DECRETO-LEI Nº 6, DE 16/11/1937, QUE DISPÕS SOBRE ESSA EXTINÇÃO.

de proteção dos direitos individuais, como o mandado de segurança e o habeas corpus, assim como a ação popular e o controle de constitucionalidade das leis.

A inserção da Justiça Eleitoral, que fora restabelecida pelo Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, e da Justiça do Trabalho, na Constituição Federal de 1946, ressaltava o caráter mais democrático e social dos novos tempos.

Como inovação, foi criado o Tribunal Federal de Recursos, sediado na Capital Federal, e com o objetivo de aliviar o acúmulo de atribuições do Supremo. Dentre outras atribuições, competia à nova corte julgar, em grau de recurso, ações de interesse da União. No âmbito estadual, a novidade foi o surgimento de Tribunais de Alçada<sup>2</sup>, destinados também a reduzir as atribuições dos respectivos Tribunais de Justiça locais.

O ambiente democrático favoreceu o surgimento de movimentos sociais e o fortalecimento da classe

trabalhadora, representada pelos sindicatos e partidos políticos, que reivindicavam mudanças ainda mais profundas, em prol do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades sociais, mas que passavam, necessariamente, por uma intervenção maior na economia e por desapropriações rurais e urbanas. Estas propostas ganhavam a simpatia de nomes importantes do cenário político nacional.

Tais fatos geraram reação dos setores conservadores e a conseqüente polarização da sociedade. A intenção do governo João Goulart de implantar as chamadas “reformas de base” talvez tenha sido o estopim para a deflagração da tomada de poder pelas Forças Armadas, em 31 de março de 1964.

Instaurada a nova ordem institucional, uma série de emendas e imposições do governo descaracterizaram a Constituição, restringiram direitos e garantias, e atingiram diretamente a independência e a autonomia dos poderes,

---

<sup>2</sup> APENAS ALGUMAS UNIDADES FEDERATIVAS SE VALERAM DA FACULDADE CONCEDIDA AOS ESTADOS, PELA CF/1946, PARA A CRIAÇÃO DE TRIBUNAIS DE ALÇADA, COMO SÃO PAULO (1951), GUANABARA (1964), MINAS GERAIS (1965), PARANÁ (1970), RIO GRANDE DO SUL (1971) E RIO DE JANEIRO (1971).

assim como o equilíbrio entre eles. Importantes prerrogativas do Poder Judiciário foram retiradas.

O Ato Institucional nº 1/1964, baixado em 09 de abril, suspendeu novamente as garantias e abriu a possibilidade de afastamento dos magistrados, pelo Poder Executivo, após investigação sumária. O mesmo instrumento excluiu da apreciação da Justiça os atos de cassação de mandatos legislativos e de direitos políticos.

Nesta mesma linha, o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, investiu a “Revolução” em Poder Constituinte permanente e atingiu diretamente o Judiciário em vários aspectos: excluiu de sua apreciação os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo Federal; aumentou a composição dos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal e Tribunal Federal de Recursos); concedeu à Justiça Militar atribuição para julgar civis por crimes políticos ou contra a segurança nacional; estabeleceu a prevalência das sanções da justiça militar sobre as da justiça civil; restabeleceu a 1ª instância na Justiça Federal, permitindo a nomeação de seus juízes pelo presidente da República, sem concurso público.

Tamanha havia sido a descaracterização da Constituição que, em 1967, foi promulgada uma nova Carta Constitucional. Este instrumento juntamente com o Ato Institucional nº 5/1968 e a Emenda nº 01/1969 consagraram o viés centralizador e autoritário do Estado brasileiro daquele período. Quanto à organização das justiças e dos tribunais estaduais, porém, foram mantidos os preceitos estabelecidos em 1946.

Com a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, a cidade do Rio de Janeiro, que, desde 1763, abrigava a sede do governo no Brasil, perdeu a sua centralidade político-administrativa e foi transformada em Estado da Guanabara. Criava-se uma nova unidade federativa. De 1960 a 1975, o novo estado, que correspondia ao território da cidade, exerceu autonomia para a organização da Justiça local, semelhantemente aos demais estados da Federação, até que, em 15 de março de 1975, os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foram unificados em um único ente da federação, conforme previsto na Lei Complementar nº 20, do ano anterior.



*DES. JOSÉ ANTÔNIO NOGUEIRA - ACERVO CCMJ*

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL (1946-1960)

Por força da Constituição de 1946, o Tribunal de Apelação do Distrito Federal e os dos estados tiveram as suas denominações alteradas para Tribunal de Justiça. Nesta época, o órgão já se encontrava instalado no hoje histórico Palácio, localizado na Rua Dom Manoel, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal contava com 27 desembargadores, distribuídos em 8 câmaras, sendo 5 cíveis e 3 criminais, conforme previsto no Código de Organização Judiciária, instituído pelo Decreto-Lei nº 8.527, de 31 de dezembro de 1945,

e mantido pela Lei nº 1.301, de 28 de dezembro de 1950. Posteriormente, a Lei nº 1.505, de 19 de dezembro de 1951, criou mais 9 lugares de desembargadores, passando o Tribunal a contar com 36 magistrados, distribuídos em 8 câmaras cíveis e 3 criminais.

À época da adoção da nova nomenclatura, presidia a egrégia Corte de Justiça o desembargador mineiro José Antonio Nogueira, que havia sido eleito para o exercício do biênio 1945 – 1946. Foi sucedido, na presidência do órgão, por Augusto Saboia da Silva Lima, que a exerceu nos anos de 1947 e 1948.

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE         | FALECIMENTO                       | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------------|-------|-------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| Vicente Ferreira da Costa Piragibe | 1926  | 1949<br>(Aposentadoria) | 1879 - Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1959 - Rio de Janeiro<br>(cidade) | Deputado federal eleito em 1915, 1918 e 1921, 1º vice-presidente da Corte de Apelação (1936-1937) e presidente do Tribunal de Apelação (1937-1940) do Distrito Federal. São de sua autoria as obras: <i>Código Penal Brasileiro, completado com as leis modificadoras em vigor, aprovado e adotado como Consolidação das Leis Penais (1932) pelo Decreto Federal nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932; Legislação penal do Brasil e do estrangeiro (1932); e Dicionário de jurisprudência penal do Brasil: coletânea das decisões, em matéria crime, da Corte Suprema e cortes de apelação do Distrito Federal e dos estados (1937)</i> . Em sua gestão, na presidência do Tribunal de Apelação, o Palácio da Justiça, situado na Rua Dom Manuel, nº 29, foi submetido a importantes obras de restauração e embelezamento. Dedicou-se também ao jornalismo, trabalhando nos periódicos <i>Cidade do Rio, A Imprensa, Correio da Manhã</i> e <i>Folha do Dia</i> , tendo sido um dos fundadores do jornal <i>A Época</i> , do qual foi diretor. |
| Flamínio Barbosa de Rezende        | 1931  | 1950<br>(Aposentadoria) | 1880 - Leopoldina<br>(MG)         | 1967                              | Juiz das 7ª e 4ª Pretorias Criminais (1912), 8ª (1915) e 1ª (1917) Pretorias Cíveis, e juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1928) do Distrito Federal.   |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE    | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------|-------|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|--|
| Alvaro Bittencourt Berford | 1933  | 1951<br>(Aposentadoria) | 1883 - Porto Alegre (RS)     | 1953 - Rio de Janeiro (cidade) | Juiz da 8ª Pretoria (1911), da 3ª Pretoria Criminal (1911), das 1ª (1913) e 3ª (1914) Pretorias Cíveis, juiz de direito das 6ª (1920) e 3ª (1921) Varas Criminais, e da 1ª Vara Cível (1927), vice-presidente (1941) e presidente (1942) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. Foi também professor da Faculdade de Direito de Niterói. São de sua autoria as obras: <i>Capítulos da Introdução à Ciência do Direito</i> (1933); e <i>O Estado Nacional e a Constituição de novembro de 1937</i> (1944).  |
| José Antonio Nogueira      | 1937  | 1947<br>(Falecimento)   | 1882 - Silvestre Ferraz (MG) | 1947 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1946).</b><br>No estado de Minas Gerais, foi procurador da República (1918) e, no Distrito Federal, juiz de direito das 6ª (1924) e 4ª (1932) Varas Cíveis, e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1935), 2º vice-presidente (1940), vice-presidente (1943-1945) e presidente (1945-1946) do Tribunal de Apelação. Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946-1947) e da Academia Mineira de Letras. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Pais de ouro e de esmeralda</i> (1921); <i>Sonho de gigante</i> (1922); <i>Amor imortal</i> (1922); e <i>Aspectos de um ideal jurídico</i> (1926). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de São Paulo. |

| DESEMBARGADORES                                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO     | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--|-------|----------------------|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Leopoldo Cesar de Andrade Duque Estrada Junior | 1937  | 1956 (Aposentadoria) | 1886 - Rio de Janeiro (cidade) | 1958                           | Juiz da 6ª Pretoria Criminal (1914), da 3ª Pretoria Cível (1920) e da 2ª Pretoria Criminal (1928), juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1928) e da 1ª Vara Cível (1933), e corregedor da Justiça do Distrito Federal (1941-1942).  |
| Frederico Sussekind                            | 1937  | 1959 (Aposentadoria) | 1890 - Rio de Janeiro (cidade) | 1969 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1943-1944, 1945-1946 e 1956).</b> Adjunto de promotor público (1917), subpretor da 6ª Pretoria Criminal (1922), juiz das 8ª (1924) e 6ª (1926) Pretorias Cíveis, juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1931) e da 6ª Vara Cível (1933) do Distrito Federal. Foi também juiz da 4ª Zona Eleitoral, membro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (1951). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Henrique Fialho                                | 1938  | 1959 (Aposentadoria) | 1890 - Rio de Janeiro (cidade) | 1974                           | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1946).</b> Vice-presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1945-1946), e da Associação Internacional de Juristas Democratas na década de 1960, e presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas.   |

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Augusto Saboia da Silva Lima   | 1939  | 1958<br>(Aposentadoria)                                    | 1894 - Petrópolis (RJ)         | 1963 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1947-1948).</b><br>No estado de Minas Gerais, foi juiz municipal dos termos de Conquista e Viçosa (1918), e juiz de direito das comarcas de Palma (1922) e São João Nepomuceno (1922), e, no Distrito Federal, juiz das 8ª e 2ª Pretorias Criminais (1924) e da 5ª Pretoria Cível (1925), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1930), da 2ª Vara Cível (1931) e da Vara de Menores (1936). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946-1951). É de sua autoria o livro <i>Alberto Torres e sua obra</i> (1935). |
| Candido Mesquita da Cunha Lobo | 1939  | 1950<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1894 - Rio de Janeiro (cidade) | 1984                           | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1947-1948).</b><br>Juiz da 8ª Pretoria Criminal (1925) e da 8ª Pretoria Cível (1926), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1933) e da 3ª Vara Cível (1934) do Distrito Federal. Foi também vice-presidente (1957) e presidente (1957-1958) do Tribunal Federal de Recursos, onde se aposentou em 1964, e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1958).  |

| DESEMBARGADORES                      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------------------|-------|--|---------------------------|--------------------------------|---|
| Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho | 1940  | 1947<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1895 - Ouro Preto (MG)    | 1975 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1947-1948).</b><br>No estado de Minas Gerais, foi delegado de polícia em Ponte Nova (1916) e deputado estadual (1919-1922), no do Rio de Janeiro, promotor público (1924-1931), e, no Distrito Federal, juiz de direito de Acidentes no Trabalho (1931), das 8ª (1931) e 1ª Varas Criminais (1931), e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1937). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946), do qual foi presidente (1957-1959), e ministro do Supremo Tribunal Federal (1950-1960), onde se aposentou. |
| Afranio Antônio da Costa             | 1940  | 1947<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1892 - Macaé (RJ)         | 1979 - Rio de Janeiro          | Juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1931) e da 2ª Vara Cível (1936) do Distrito Federal. Foi também presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1945) e do Tribunal Federal de Recursos (1947-1949 e 1959-1961), onde se aposentou em 1962, e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1952). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.  |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|--|
| Adelmar Tavares            | 1940  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1888 - Recife (PE)        | 1963 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1949-1950).</b><br>Adjunto de promotor público e curador de resíduos do Distrito Federal. São de sua autoria as obras: <i>A linda mentira</i> (1925); <i>Noite cheia de estrelas – luz dos meus olhos</i> , <i>Myriam</i> : poesias (1928); <i>A luz do altar</i> : palavras de louvor e de saudade (1934); <i>O caminho enluarado</i> (1937); e <i>Um ramo de cantigas</i> (1955). Ocupante da Cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente (1948), era considerado o “Príncipe dos Trovadores Brasileiros”. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Julio de Oliveira Sobrinho | 1940  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1888 - Pereiro (CE)       | 1957                           | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1949-1950).</b><br>No estado do Ceará, foi procurador dos feitos da Fazenda (1912), no território do Acre, juiz municipal do 3º termo da comarca de Sena Madureira (1913) e do 1º termo de Xapuri (1915-1924) e, no Distrito Federal, promotor público adjunto (1924) e curador das massas falidas (1931). Foi também ministro efetivo (1945-1947) e substituto (1947-1951) do Tribunal Superior Eleitoral.   |

| DESEMBARGADORES                   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---|
| José Duarte Gonçalves da Rocha    | 1941  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1886 - Igarassu (PE)           | 1968 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1949-1950).</b><br>No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público na comarca de Resende (1909) e diretor de Instrução Pública, e, no Distrito Federal, juiz da 3ª Vara Criminal (1931) e membro do Tribunal Regional Eleitoral (1937). Integrou as Comissões Legislativas incumbidas da elaboração do Projeto de Código de Processo Penal e do Código Florestal (1932), foi embaixador, em comissão, na República do Equador (1946), juiz do Tribunal Superior Eleitoral (1951) e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1958-1959). É autor das seguintes obras: <i>Comentários à Lei das Contravenções Penais</i> (1944); e <i>A Constituição brasileira de 1946: exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembleia Constituinte</i> (1947). |
| Antonio Rodolpho Toscano Espinola | 1941  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1891 - PB                      | 1968 - Paris                   | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1951-1952).</b><br>Juiz de direito das 7ª (1933) e 4ª (1934) Varas Criminais, e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1947).   |
| Joaquim Henrique Mafra de Laet    | 1942  | 1952<br>(Aposentadoria) | 1882 - Rio de Janeiro (cidade) | 1955 - Rio de Janeiro (cidade) | Adjunto de promotor público (1911), promotor público (1912) e curador das massas falidas (1927) do Distrito Federal.  |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                                       | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|---|
| Nelson Hungria Hoffbauer | 1944  | 1951<br>(Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal) | 1891 - Além Paraíba (MG)       | 1969 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1947).</b><br>No estado de Minas Gerais, foi promotor público em Pomba (1911), atual Rio Pomba, e, no Distrito Federal, delegado de polícia (1922), juiz das 8ª (1924) e 2ª (1925) Pretorias Criminais, e da 3ª Pretoria Cível (1928), juiz de direito 5ª Vara Criminal (1936), da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1937) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1940). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1957), do qual foi presidente (1959-1961). Participou da elaboração do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Contravenções Penais e da Lei de Economia Popular. São de sua autoria as obras: <i>Fraude penal</i> (1934); <i>A legítima defesa putativa</i> (1936); <i>Crimes contra a economia popular</i> (1938); <i>Questões jurídico-penais</i> (1940); <i>Novas questões jurídico-penais</i> (1945); e <i>Comentários ao Código Penal</i> (1958). Aposentou-se em 1961. |
| Eduardo de Souza Santos  | 1945  | 1958<br>(Aposentadoria)                                | 1888 - Rio de Janeiro (cidade) | 1966                           | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1951-1952).</b><br>Juiz da 7ª Pretoria Criminal (1922) e da 1ª Pretoria Cível (1928), juiz da direita da 2ª Vara Criminal (1936), e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1947).   |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Antonio Vieira Braga | 1945  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1892 - Juiz de Fora (MG)  | 1963 - Rio de Janeiro (cidade) | Juiz da 1ª Pretoria Criminal (1924) e da 6ª Pretoria Cível (1931), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1936), da 4ª Vara Cível (1937) e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1942) do Distrito Federal. Foi também secretário do Interior do Estado de Minas Gerais (1945) e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1955). Aposentou-se em 1962.  |
| Saul de Gusmão       | 1945  | 1951<br>(Falecimento)   | 1893 - Nova Friburgo (RJ) | 1951 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1951-1952).</b><br>Juiz da 8ª Pretoria Criminal (1926) e da 8ª Pretoria Cível (1933), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1937), da 1ª Vara Cível (1938) e da Vara de Menores (1939) do Distrito Federal. Trabalhou em <i>A Notícia</i> e no <i>Jornal do Commercio</i> , e integrou o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa. São de sua autoria as obras: <i>A ação social do juízo de menores</i> (1940); <i>Proteção à infância</i> (1941); <i>Assistência a menores</i> (1942); <i>Menores desvalidos</i> (1943); <i>O problema dos menores</i> (1944); e <i>Em defesa dos menores</i> (1945). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                                       | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------|-------|--|---------------------------|--------------------------------|---|
| Ary de Azevedo Franco | 1946  | 1956<br>(Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal) | 1900 - Vassouras (RJ)     | 1963 - Rio de Janeiro (cidade) | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1953-1954).</b></p> <p>Juiz das 3ª e 2ª Pretorias Criminais (1928), juiz de direito das 6ª (1937) e 1ª Varas Criminais (1940), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1951-1954). Foi também ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1959), que presidiu (1961-1963), e do Supremo Tribunal Federal (1956-1963), e professor da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da qual foi diretor (1942-1945). São de sua autoria as obras: <i>Aspectos legais e sociais da contravenção e da vadiagem</i> (1928); <i>Livramento condicional</i> (1931), <i>Direito Penal</i> (1934); <i>Porte de arma: fator de criminalidade</i> (1940); <i>O júri e a Constituição Federal</i> (1946); e <i>A prescrição extintiva no Código Civil Brasileiro</i> (1950).</p> |

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Guilherme Estellita       | 1946  | 1964<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1894 - CE                 | 1965 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1951-1952).</b><br>No Distrito Federal, foi juiz da 3ª Pretoria Criminal (1928), da 4ª Pretoria Cível (1930), da 7ª Pretoria Criminal (1933) e da 2ª Pretoria Cível (1934), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1937), da 5ª Vara Cível (1938) e da 2ª Vara de Família (1940), e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1962). Foi também professor da Faculdade Nacional de Direito. Aposentou-se em 1964. São de sua autoria as obras: <i>Da ação declaratória no direito brasileiro</i> (1933); <i>Direito de ação, direito de demandar</i> (1933); <i>Da coisa julgada: fundamento jurídico e extensão aos terceiros</i> (1936); <i>Do litisconsórcio no direito brasileiro</i> (1955); e <i>O Ministério Público e o processo civil</i> (1956). |
| Emmanuel de Almeida Sodré | 1946  | 1956<br>(Aposentadoria)   | 1888 - PA                 | 1982 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1953-1954).</b><br>Juiz da 7ª Pretoria Criminal (1930) e da 4ª Pretoria Cível (1933), e juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1938) e da 1ª Vara Cível (1939) do Distrito Federal. Foi um dos fundadores do Botafogo Football Club (1904), onde também atuou como jogador.  |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------------|-------|---|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Edgard Ribas Carneiro              | 1946  | 1951<br>(Aposentadoria)   | 1894 - Rio de Janeiro (cidade) | 1962 - Rio de Janeiro (cidade) | Juiz de direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1937), da 1ª Vara da fazenda Pública (1940) e da 10ª Vara Cível (1945) do Distrito Federal. Foi também diretor-geral de Publicidade, Comunicações e Transportes da Polícia Civil do Distrito Federal, professor da Faculdade de Direito de Niterói, membro da Comissão Jurídica Internacional de Aviação e da Subcomissão de Propriedade Industrial da Comissão Legislativa (1931). É autor da obra <i>Curso de Direito Comercial Brasileiro</i> (1930). |
| Sylvio Martins Teixeira            | 1946  | 1956<br>(Aposentadoria)   | 1889 - RJ                      | 1963                           | Juiz da 8ª Pretoria Criminal (1936) e da 8ª Pretoria Cível (1937), e juiz de direito da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1940) do Distrito Federal. É autor da obra <i>Concurso de credores</i> (1936).   |
| Mario Guimarães Fernandes Pinheiro | 1946  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1896 - Niterói (RJ)            | 1973                           | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1953-1954).</b><br>Juiz da 7ª Pretoria Criminal (1928), da 5ª Pretoria Cível (1930), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1937) e da 6ª Vara Cível (1938) do Distrito Federal. Foi também ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (1959). Aposentou-se em 1965.   |

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                   | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------------|-------|---|---------------------------|-------------------------------|---|
| Miguel Maria de Serpa Lopes | 1946  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1898 - Maceió (AL)        | 1961- Rio de Janeiro (cidade) | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1955-1956).</b><br/>           Juiz das 4ª e 1ª Pretorias Criminais (1931) e da 3ª Pretoria Cível (1936), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1938) e da Vara de Registros Públicos (1939) do Distrito Federal. Foi também professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, membro do Conselho Consultivo do Instituto Grotius de Estudos Jurídicos (1954), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1954). São de sua autoria as obras: <i>O silêncio como manifestação da vontade: obrigações em geral</i> (1935); <i>Tratado dos registros públicos: em comentário ao Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928 e dispositivos conexos do Código Civil brasileiro</i> (1938); <i>Curso de Direito Civil</i> (1953); <i>A enfiteuse: sua natureza jurídica e seu futuro</i> (1956); <i>Contrato de locação de coisas</i> (1956); <i>Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido</i> (1959).</p> |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Eurico Rodolfo Paixão    | 1947  | 1960<br>(Aposentadoria)   | 1890 - GO                 | 1969                           | No estado do Espírito Santo, foi promotor de Justiça da comarca de Cachoeiro do Itapemirim (1912), no Território do Acre, juiz municipal do 2º Termo da Comarca de Sena Madureira (1920) e, no Distrito Federal, juiz da 5ª Pretoria Criminal (1929), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1938) e da 1ª Vara de Família (1940), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1954-1958). |
| Mem de Vasconcellos Reis | 1947  | 1956<br>(Falecimento)   | 1895 - MA                 | 1956 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1955-1956).</b><br>Juiz da 7ª Pretoria Cível (1930), juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1939), da Vara de Acidentes de Trabalho (1939) e da 20ª Vara Criminal (1946) do Distrito Federal.   |
| Eduardo Espínola Filho   | 1947  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1899 - BA                 | 1963 - Curitiba (PR)           | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1955-1956).</b><br>Juiz das 6ª (1934) e 1ª (1936) Pretorias Criminais, juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1939), da 6ª Vara Criminal (1940), da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1943) e da 17ª Vara Criminal (1947) do Distrito Federal.  |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Romão Côrtes de Lacerda | 1949  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1901 - Leopoldina (MG)    | 1965 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1957-1958).</b> Diretor da Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais (1937) e procurador-geral do Distrito Federal (1937-1949). É de sua autoria a obra: <i>Do casamento religioso para efeitos civis: do casamento civil, habilitação, celebração e registro</i> (1937). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Leonardo Smith de Lima  | 1950  | 1953<br>(Aposentadoria)   | 1883 - PB                 | 1962                           | Juiz da 3ª Pretoria Criminal (1930) e da 3ª Pretoria Cível (1936), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1939) e da 4ª Vara Cível (1942), e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1946).  |

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------------|-------|---|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Narcélio de Queiroz              | 1950  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1904 - Quixadá (CE)            | 1961 - Rio de Janeiro (cidade) | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1957-1958).</b><br>Juiz da 7ª Pretoria Criminal (1934) e da 3ª Pretoria Cível (1938), juiz de direito da 3ª Vara Cível (1939) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1944), e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1954), do qual foi presidente (1958). Foi também professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. É de sua autoria a obra: <i>Teoria da "actio libera in causa": a embriaguez e a responsabilidade penal – outros aspectos da questão</i> (1936). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Estácio Corrêa de Sá e Benevides | 1951  | 1959<br>(Falecimento)   | 1899 - Rio de Janeiro (cidade) | 1959                           | <b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1957-1958).</b><br>Juiz da 4ª Pretoria Criminal (1931) e da 4ª Pretoria Cível (1938), juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1939) e da 7ª Vara Cível (1940), e membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1950). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.   |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| Homero Brasiliense Soares de Pinho | 1951  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1898 - Paraty (RJ)        | 1975        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1959-1960).</b></p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi prefeito de Niterói (1923-1924), deputado à Assembleia Legislativa (eleito em 1922 e 1929), promotor e curador de órfãos, resíduos e ausentes da comarca de Niterói (1927), no Distrito Federal, juiz da 8ª Pretoria Criminal (1934) e da 1ª Pretoria Cível (1936), e juiz de direito das 9ª e 2ª Varas Cíveis (1940), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1960). Foi também professor da Faculdade de Direito de Niterói e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, jornalista nos periódicos <i>A Notícia</i> e <i>Última Hora</i>, e membro da Academia Fluminense de Letras (Cadeira nº 8 - Classe de Letras), e presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal (1959-1960) e da Guanabara (1961-1962). Aposentou-se em 1968. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.</p> |

| DESEMBARGADORES                       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|--|
| Francisco Pereira de Bulhões Carvalho | 1951  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1904 - Rio de Janeiro (cidade) | 1984        | <p><b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (1959-1960).</b></p> <p>No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça das comarcas de Itapeperica e Queluz (1926), no estado do Rio de Janeiro, promotor público das comarcas de São Francisco de Paula (1930), Macaé (1932), Cantagalo (1934) e Barra Mansa (1936), no Distrito Federal, juiz da 6ª Pretoria Criminal (1937) e da 6ª Pretoria Cível (1939), e juiz de direito da 14ª Vara Cível (1940), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1962-1963). São de sua autoria as obras: <i>Aplicação e interpretação da lei penal: estudos e decisões</i> (1940); <i>Incapacidade civil e restrição de direitos</i> (1957); <i>Estrutura e evolução do universo</i> (1959); <i>Direito do menor</i> (1977); <i>Sistemas de nulidades dos atos jurídicos</i> (1980); e <i>Falha do novo Código de Menores</i> (1980). Aposentou-se em 1974, quando foi homenageado com a inauguração de seu busto em bronze, na última sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, no antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel.</p> |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|--|
| Eugenio Martins Pinto | 1951  | 1956<br>(Aposentadoria) | 1897 - RS                 | 1969 - Rio de Janeiro (cidade) | No estado do Rio Grande do Sul, foi juiz distrital de Caçapava (1922) e Alegrete (1923), promotor público de Cachoeira (1926) e vice-intendente de Alegrete (1928), e, no Distrito Federal, substituto do juiz de menores (1934) e juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1940). |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| João Coelho Branco       | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1901 - Rio de Janeiro (cidade) | 1971        | No Distrito Federal, foi delegado do 9º Distrito Policial (1931), diretor de Publicidade, Transportes e Comunicações da Polícia Civil (1933), procurador criminal da República (1933), e curador de órfãos (1934), e, no estado da Guanabara, corregedor da Justiça (1961-1962) e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1963-1966). Foi também membro do Conselho Administrativo da Assistência Judiciária de Menores (1925), diretor da <i>Revista de Direito Civil, Commercial e Criminal</i> (1926), membro do Conselho Deliberativo (1928-1930), 1º secretário (1930) e membro do Conselho de Revisão (1942) do América F. C., diretor de Relações Exteriores da Confederação Brasileira de Desportos (1943), e membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, do qual foi presidente (1946-1947). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Eurico da Rocha Portella | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1900 - Rio de Janeiro (cidade) | 1962        | No estado da Guanabara, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça (1961-1962) e presidente da Associação dos Magistrados (1961-1962).  |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Oscar Accioly Tenorio | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1904 - AL                 | 1979 - Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça da comarca de Prata (1928) e juiz municipal do termo de Miraí (1928), no Distrito Federal, juiz da 5ª Pretoria Criminal (1938), juiz de direito da 12ª Vara Cível (1940) e da Vara de Registros Públicos (1946), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1961-1962) e do Tribunal Regional Eleitoral (1963-1964 e 1965-1966). Foi também professor do Instituto Rio Branco, da Universidade do Brasil, e da Universidade do Estado da Guanabara, onde foi vice-diretor e diretor da Faculdade de Direito, assim como vice-reitor e reitor. Colaborou nos periódicos <i>Lavoura e Comércio</i> , de Uberaba, <i>A Manhã</i> , <i>Gazeta de Notícias</i> , <i>O Jornal e Folha Carioca</i> , do Rio de Janeiro. Presidiu a Associação de Magistrados Brasileiros (1963-1964) e a União Internacional dos Magistrados (1971). Aposentou-se em 1974. São de sua autoria as obras: <i>México revolucionário: pequenos comentários sobre a revolução mexicana e suas consequências</i> (1928); <i>Dos mandatos internacionais</i> (1930); <i>Da aplicação da lei penal: arts. 1-10</i> (1942); <i>Direito Internacional Privado</i> (1942); <i>Lei de introdução ao Código Civil brasileiro: Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942</i> (1944). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|--|
| Sady Cardoso de Gusmão | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1901 - Rio de Janeiro (cidade) | 1965        | <p><b>Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1959-1960).</b><br/> No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1938) e da 8ª Pretoria Cível (1940), e juiz de direito da 8ª Vara Cível (1940) e da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947), e, no estado da Guanabara, corregedor da Justiça Eleitoral (1961), vice-presidente (1963) e presidente (1963) do Tribunal Regional Eleitoral. Presidiu também o Instituto Benjamim Constant (1930-1938), a Associação de Magistrados do Distrito Federal (1959-1960) e a Associação de Magistrados do Estado da Guanabara (1960). Foi ainda professor da Pontifícia Universidade Católica e membro do Conselho Superior da Sociedade Brasileira de Criminologia (1952). São de sua autoria as obras: <i>Dos crimes em matéria de falência e seu processo</i> (1933); <i>Das Contravenções Penais: breve comentário à Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941</i> (1942); <i>Código de Processo Penal: breves anotações</i> (1942); e <i>Vocação hereditária e descendência</i> (1958). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.</p> |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Milton Barcellos        | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1896 - Ouro Preto (MG)    | 1969                           | Juiz substituto (1940), e juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1941) e da 2ª Vara de Família (1947) do Distrito Federal. Foi também membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Brasileiros (1965-1967). Aposentou-se em 1966.  |
| Arthur de Souza Marinho | 1952  | 1954<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos)              | 1899 - João Pessoa (PB)   | 1959 - Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Pernambuco, foi adjunto do 2º promotor público de Recife (1922), professor de Sociologia Educacional da Escola de Aperfeiçoamento de Professores (1930-1932), secretário de Estado de Justiça e Negócios Interiores (1930-1932), procurador dos feitos da Fazenda Pública, e docente-livre de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Recife (1934), no de Sergipe, juiz federal seccional (1935-1937) e membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (1935-1937), e, no Distrito Federal, juiz da 8ª Pretoria Criminal (1939), juiz de direito da 13ª Vara Cível (1940), da 2ª Vara da Fazenda Pública (1944) e da 3ª Vara Criminal (1952). Foi também jornalista, oficial administrativo do Ministério do Trabalho (1938), professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE (1953), vice-presidente (06/06/1957 a 02/01/1958) e presidente (de 02/01/1958 a 16/02/1959) do Tribunal Federal de Recursos. |

| DESEMBARGADORES                   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|--|
| Carlos Manoel de Araujo           | 1952  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1893 - Rio de Janeiro (cidade) | 1971        | Juiz substituto (1940), e juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1940) e da 19ª Vara Criminal (1946) do Distrito Federal. Aposentou-se em 1963.   |
| Mario dos Passos Machado Monteiro | 1952  | 1959<br>(Aposentadoria)   | 1889 - Rio de Janeiro (cidade) | 1963        | No Distrito Federal, foi professor do Ensino Profissional da Polícia, juiz substituto (1940), e juiz de direito da 14ª Vara Criminal (1940), da 20ª Vara Criminal (1946) e da Vara de Acidentes do Trabalho (1946), membro substituto (1946) e efetivo (1950) do Tribunal Regional Eleitoral. Foi também embaixador, em comissão, no Equador (1946). |
| Luiz Affonso Chagas               | 1952  | 1959<br>(Aposentadoria)   | 1892 - RS                      | 1972        | Juiz federal seccional do Paraná (1932) e, no Distrito Federal, juiz da 2ª Pretoria Criminal (1939), juiz de direito da 12ª Vara Criminal (1940), e juiz da 3ª Zona Eleitoral (1945).  |

| DESEMBARGADORES                       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---|
| Omar Murgel Dutra                     | 1952  | 1958<br>(Aposentadoria) | 1888 - Barbacena (MG)          | 1968 - Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi juiz substituto, em exercício, da 1ª Vara Federal (1935-1937), conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (1937), 2º procurador da República interino (1938), promotor público interino junto à 3ª Pretoria Criminal (1939), substituto interino dos 11º (1944) e 6º (1945) promotores públicos e do 25º procurador (1946). Foi também 1º secretário (1939) e vice-presidente (1940) do Club dos Advogados. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Carlos Robillard de Marigny           | 1953  | 1954<br>(Aposentadoria) | 1884 - Rio de Janeiro (cidade) | 1961 - Rio de Janeiro (cidade) | Juiz substituto (1940) e juiz de direito da 13ª Vara Criminal (1940) do Distrito Federal. É autor da obra: <i>Do contrato da compra e venda a prestações periódicas com o pacto de reserva de domínio</i> (1936).   |
| Alvaro Mariz de Barros e Vasconcellos | 1954  | 1954<br>(Aposentadoria) | 1884 - São Luís (MA)           | 1956 - Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi delegado do 25º Distrito Policial (1908), juiz substituto (1940) e juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1942). Foi também professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro, colaborador do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> , sob o pseudônimo de Alvaro Penalva, e redator-chefe do periódico <i>Gazeta da Bolsa</i> .  |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Octavio da Silveira Salles | 1954  | 1960<br>(Aposentadoria)   | 1892 - Rio de Janeiro (cidade) | ...         | No estado de Sergipe, foi juiz municipal do termo de Vila Nova (1919) e juiz de direito da comarca de Riachuelo (1920), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940) e juiz de direito da 16ª Vara Criminal (1940) e da 6ª Vara Criminal (1954). Integrou também a Justiça Eleitoral e foi membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (1959).  |
| Vicente de Faria Coelho    | 1955  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1905 - Rio de Janeiro (cidade) | 1992        | No Distrito Federal, foi auxiliar juramentado do 17º Ofício de Notas (1926), juiz substituto (1940), juiz de direito da 4ª Vara de Família (1946) e da 9ª Vara Cível (1950), no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1963-1964) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1967-1968 e 1969-1970). Aposentou-se em 1971. Em 1981, retornou ao serviço público, no cargo de secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1983. Foi professor das Faculdades de Direito da Universidade da Capital Federal e da Universidade do Estado da Guanabara. São de sua autoria as obras: <i>Os sistemas corporativos atuais e o antigo regime das corporações</i> (1938); <i>O desquite na jurisprudência dos tribunais</i> (1949); <i>Nulidade e anulação do casamento: doutrina, legislação e jurisprudência</i> (1952); <i>Recurso de revista</i> (1957); e <i>Eça de Queiroz: poesias</i> (1973). |

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Antonio Faustino Nascimento | 1955  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1901 - CE                      | 1980        | No estado do Ceará, foi delegado de polícia de Fortaleza (1930) e delegado auxiliar (1932), no Distrito Federal, juiz substituto (1940), e juiz de direito das 7ª (1942) e 1ª (1946) Varas Criminais, e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1963-1964) e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1967-1968 e 1969-1970). Aposentou-se em 1971.   |
| Martinho Garcez Neto        | 1955  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1911 - Rio de Janeiro (cidade) | 2002        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), e juiz de direito da 17ª Vara Criminal (1946), da 6ª Vara Cível (1946) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1950), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1965-1966). Foi também professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1968-1969). Aposentou-se em 1975. São de sua autoria as obras: <i>Questões de família</i> (1944); <i>Democracia, doutrinas políticas e segurança nacional</i> (1965); <i>Obrigações e contratos: doutrina e prática</i> (1969); <i>Prática da responsabilidade civil</i> (1970); <i>Controvérsias jurídicas e forenses</i> (1982); e <i>Temas atuais de Direito Civil</i> (2000). Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional da Barra da Tijuca, na Comarca da Capital. |

| DESEMBARGADORES                         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Fernando Maximiliano Pereira dos Santos | 1955  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1897 - RS                      | 1967        | No estado do Rio Grande do Sul, foi juiz distrital de Uruguaiana (1921) e procurador da República seccional (1922), no estado de São Paulo, procurador da República seccional (1927), no Distrito Federal, curador de órfãos (1934) e procurador-geral (11-06-1952 a 05-10-1955), e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1965-1966). Aposentou em 1967.       |
| Alberto Mourão Russell                  | 1955  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1908 - Rio de Janeiro (cidade) | 1997        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), e juiz de direito da 6ª Vara Criminal (1943), da Vara de Menores (1945) e da 6ª Vara de Família (1955), no estado da Guanabara, corregedor da Justiça (1963-1964) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1971-1974), e, no atual estado do Rio de Janeiro, desembargador do Tribunal de Justiça (1977), onde se aposentou em 1978. |
| Frutuoso de Aragão Bulcão               | 1956  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | BA                             | 1983        | No estado da Bahia, foi promotor público da comarca de Itaberaba e juiz substituto da 1ª Vara Cível do termo da Capital (1924), no Distrito Federal, testamentário e tutor judicial (1933), e, no estado da Guanabara, corregedor da Justiça (1965-1966), vice-presidente (1964-1966) e presidente (1967-1968) da Associação dos Magistrados (AMAEG). Aposentou-se em 1968.               |

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Hugo Auler                     | 1956  | 1960<br>(Nomeado para o atual Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) | 1908 - Rio de Janeiro (cidade) | 1980 - DF                      | No antigo Distrito Federal, foi delegado de polícia (1933), juiz substituto (1940) e juiz de direito da 3ª Vara Cível (1944), e, no atual, presidente do Tribunal de Justiça (1960-1964). Foi também professor de Direito Civil da Universidade Gama Filho e de Direito Comercial da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, e atuou como jornalista e crítico de arte, tendo sido diretor e cofundador do jornal <i>Diário de Notícias</i> , do Rio de Janeiro, colunista dos jornais <i>Correio Braziliense</i> e <i>Jornal de Brasília</i> , e membro da Associação Internacional de Críticos de Arte. São de sua autoria as obras: <i>Polícia judiciária: doutrina e jurisprudência</i> (1940); <i>Prática e teoria do direito: julgados, despachos e decisões: 1940-1942</i> (1949); e <i>Suspensão condicional da execução da pena</i> (1957). Aposentou-se em 1973. |
| Roberto João da Silva Medeiros | 1956  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara)              | 1911 - Florianópolis (SC)      | 1974 - Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Santa Catarina, foi fiscal de minas (1928), adjunto de promotor (1929-1930), promotor público (1932-1934), e juiz de direito (1934-1939), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940), e juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1946) e da 4ª Vara de Família (1950). Aposentou-se em 1973. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.  |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Aloysio Maria Teixeira | 1956  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1914 - Rio de Janeiro (cidade) | 2012        | No Distrito Federal, foi juiz de casamento (1940), juiz substituto (1940), juiz de direito da 10ª Vara Cível (1946) e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1967-1968). Integrou a primeira composição do atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1975), onde se aposentou em 1984. Foi também professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, membro da direção do Banco Nacional de Habitação (BNH), diretor administrativo da Caixa Econômica Federal (CEF), presidente do Instituto Cultural Brasil-Coréia, e 1º vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1965-1967). São de sua autoria as obras: <i>Da interpretação e lacunas da lei: breve estudo</i> (1936); e <i>Decisões</i> (1939). |
| Ernesto Stampa Berg    | 1956  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1899 - Rio de Janeiro (cidade) | 1983        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), e juiz de direito das 6ª (1945) e 16ª (1954) Varas Criminais, e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1967-1968). Aposentou-se em 1969.   |

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| Xenocrates João Calmon de Aguiar | 1956  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1893 - ES                 | 1970        | No estado do Espírito Santo, foi vereador da Câmara Municipal de Colatina, da qual foi presidente, deputado do Congresso Legislativo estadual, do qual foi presidente (1927-1929), e eleito deputado federal (1930), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940), juiz de direito da 3ª Vara de Família (1946), da 13ª Vara Cível (1946) e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947). Aposentou-se em 1963.  |
| Francisco de Paula Baldessarini  | 1958  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | Rio de Janeiro (cidade)   | 1979        | No Distrito Federal, foi promotor público adjunto (1939), promotor público substituto (1940), promotor público (1942), curador de família (1947), curador de resíduos (1950) e presidente da Associação do Ministério Público (1954-1956), e, no estado da Guanabara, membro do Conselho da Magistratura (1961). Foi também jornalista profissional da <i>Gazeta de Notícias</i> . Aposentou-se em 1966. São de sua autoria as obras: <i>O município no Estado Novo</i> (1941); e <i>Dos crimes contra a incolumidade pública: dos crimes contra a paz pública: dos crimes contra a fé pública: arts. 250-311</i> (1943). |

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|---|
| Elmano Martins da Costa Cruz     | 1958  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1910 - Juiz de Fora (MG)  | 1984                           | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), juiz de direito da 10ª Vara Cível (1945), da 1ª Vara da Fazenda Pública (1945) e da 2ª Vara da Fazenda Pública (1954), e, no estado da Guanabara, corregedor da Justiça (1967-1968) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1975), tendo presidido a sessão de instalação da Assembleia Constituinte do atual Estado do Rio de Janeiro. Foi também presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966 e 1974-1975). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Gastão Alvares de Azevedo Macedo | 1959  | 1959<br>(Falecimento)   | 1894 - RJ                 | 1959 - Rio de Janeiro (cidade) | Juiz substituto (1940) e juiz de direito da 1ª Vara Cível (1946) do Distrito Federal. Foi também professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Educação (1936). São de sua autoria as obras: <i>Noções de Direito Comercial Terrestre e de Direito Industrial: de acordo com as exigências do Decr. n. 20.158, de 30-06-1931, que organizou o ensino comercial</i> (1935) e <i>Curso de Direito Comercial</i> (1956). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------|-------|---|---------------------------|--------------------------------|--|
| José Murta Ribeiro       | 1959  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1909 - Alagoinhas (BA)    | 1995                           | No estado de São Paulo, foi promotor público nas comarcas de Garça (1936), Santa Adélia (1939) e Monte Alto (1939), no Distrito Federal, juiz substituto (1941), e juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1946), da 1ª Vara de Família (1947) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1955), no estado da Guanabara, presidente do Tribunal de Justiça (1969-1970), e, no atual estado do Rio de Janeiro, desembargador do Tribunal de Justiça (1975), onde se aposentou em 1978. Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas da Sociedade Universitária Gama Filho, da qual se tornou reitor. Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional de Jacarepaguá, na Comarca da Capital, e, em 2009, um busto de bronze no antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel. |
| Carlos de Oliveira Ramos | 1959  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1908 - Cascavel (CE)      | 1987 - Rio de Janeiro (cidade) | No estado do Ceará, foi oficial de gabinete (1930) e juiz municipal (1931), no Distrito Federal, juiz substituto (1940), juiz de direito da 2ª Vara da Família (1946) e da 8ª Vara Cível (1947), e, no atual estado do Rio de Janeiro, desembargador do Tribunal de Justiça (1975), integrando a sua primeira composição. Aposentou-se em 1978.  |

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|--|
| João Frederico Mourão Russell | 1959  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1910 - Rio de Janeiro (cidade) | 1993        | Juiz substituto (1941), e juiz de direito da 14ª Vara Criminal e da 3ª Vara da Fazenda Pública (1946) do Distrito Federal. Aposentou-se em 1972.   |
| Antônio Marins Peixoto        | 1959  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1912 - Olímpia (SP)            | 1988        | No estado da Guanabara, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça (1969-1970), e, no atual estado do Rio de Janeiro, desembargador do Tribunal de Justiça (1979), onde se tornou 2º vice-presidente (1979-1980) e presidente (1981-1982). Aposentou-se em 1982. Foi também diretor-superintendente do Banco Metropolitan do Brasil S.A. e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1980-1981). |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO - NATURALIDADE                | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|--|--|-------------|---|
| João Henrique Braune | 1959  | 1960<br>(Nomeado para o atual Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) | 1908 - Entre Rios (atual Três Rios - RJ) | 1981        | No estado de Santa Catarina, foi promotor público das comarcas de Campos Novos (1933), Rio do Sul (1934) e Itajaí (1934), diretor da Penitenciária de Pedra Grande (1935), e juiz de direito das comarcas de São Joaquim (1935) e Campos Novos (1936), no antigo Distrito Federal, juiz substituto (1941), juiz de direito da 17ª Vara Criminal (1946), da 10ª Vara Cível (1947), da 22ª Vara Criminal (1951) e da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões (1952), e membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (1956), e, no atual Distrito Federal, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1960-1963). Foi também ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (1963-1968). Aposentou-se em 1968. |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO - NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Florencio Aguiar de Mattos | 1960  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1897 - Rio de Janeiro (cidade) | 1968        | Juiz substituto (1940), juiz de direito da 11ª Vara Criminal (1946) e juiz da 8ª Zona Eleitoral (1951) do Distrito Federal. Aposentou-se em 1962.   |
| Augusto Moura              | 1960  | 1960<br>(Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara) | 1901 - Curitiba (PR)           | 1990        | Inspetor federal do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde (1931), juiz substituto (1941) e juiz de direito da 5ª Vara Cível (1946) do Distrito Federal. Aposentou-se em 1971. |



*DES. HOMERO BRASILIENSE SOARES DE PINHO – ACERVO CCMJ*

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA (1960 – 1975)

Com a transferência da Capital Federal para a cidade de Brasília e a criação do Estado da Guanabara, toda a infraestrutura e os serviços públicos, de natureza local, até então mantidos e administrados pela União, foram herdados pelo novo estado. Da mesma forma, os servidores civis e militares foram também transferidos e passaram a estar subordinados à jurisdição e autoridade estadual.

Deste modo, o Poder Judiciário da Guanabara teve início com os magistrados oriundos do antigo Distrito Federal, transferidos ao novel estado por força da Lei nº 3.752, de 21 de abril de 1960. O quantitativo de 36 desembargadores foi mantido durante todo o período de existência do Estado.

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Antonio Vieira Braga | 1945  | 1962<br>(Aposentadoria) | 1892 – Juiz de Fora (MG)  | 1963 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Minas Gerais, foi secretário do Interior (1945), e, no Distrito Federal, juiz da 1ª Pretoria Criminal (1924) e da 6ª Pretoria Cível (1931), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1936), da 4ª Vara Cível (1937) e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1942). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1955).  |
| Guilherme Estellita  | 1946  | 1964<br>(Aposentadoria) | 1894 – CE                 | 1965 – Rio de Janeiro (cidade) | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1962).</b><br>No Distrito Federal, foi juiz da 3ª Pretoria Criminal (1928), da 4ª Pretoria Cível (1930), da 7ª Pretoria Criminal (1933) e da 2ª Pretoria Cível (1934), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1937), da 5ª Vara Cível (1938) e da 2ª Vara de Família (1940), e corregedor da Justiça (1951-1952). Foi também professor da Faculdade Nacional de Direito. São de sua autoria as obras: <i>Da ação declaratória no direito brasileiro</i> (1933); <i>Direito de ação, direito de demandar</i> (1933); <i>Da coisa julgada: fundamento jurídico e extensão aos terceiros</i> (1936); <i>Do litisconsórcio no direito brasileiro</i> (1955); e <i>O ministério público e o processo civil</i> (1956). |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                   | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------------------------|---|
| Mario Guimarães Fernandes Pinheiro | 1946  | 1965<br>(Aposentadoria) | 1896 – Niterói (RJ)       | 1973                          | No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1928), da 5ª Pretoria Cível (1930), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1937) e da 6ª Vara Cível (1938), e corregedor da Justiça (1953-1954). Foi também ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (1959).   |
| Miguel Maria de Serpa Lopes        | 1946  | 1961<br>(Falecimento)   | 1898 – Maceió (AL)        | 1961- Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi juiz das 4ª e 1ª Pretorias Criminais (1931) e da 3ª Pretoria Cível (1936), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1938) e da Vara de Registros Públicos (1939), presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1954) e do Tribunal de Justiça (1955-1956). Foi também professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, e membro do Conselho Consultivo do Instituto Grotius de Estudos Jurídicos (1954). São de sua autoria as obras: <i>O silêncio como manifestação da vontade: obrigações em geral</i> (1935); <i>Tratado dos registros públicos: em comentário ao Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928 e dispositivos conexos do Código Civil brasileiro</i> (1938); <i>Curso de Direito Civil</i> (1953); <i>A enfiteuse: sua natureza jurídica e seu futuro</i> (1956); <i>Contrato de locação de coisas</i> (1956); <i>Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido</i> (1959). |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Eduardo Espínola Filho  | 1947  | 1963<br>(Falecimento) | 1899 – BA                 | 1963 – Curitiba (PR)           | No Distrito Federal, foi juiz das 6ª (1934) e 1ª (1936) Pretorias Criminais, juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1939), da 6ª Vara Criminal (1940), da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1943) e da 17ª Vara Criminal (1947), e vice-presidente do Tribunal de Justiça (1955-1956). São de sua autoria as obras: <i>Código de processo penal brasileiro anotado</i> (1942-1945), em 7 volumes; <i>A locação residencial e comercial: em face da lei n. 1.300 de 28 dezembro 1950: comentário sistemático da nova lei do inquilinato com remissões à lei de luvas e comparação com os princípios assentados pela jurisprudência sobre locações residenciais e comerciais</i> (1951); e <i>Manual do inquilinato no direito civil vigente: estudo de toda a legislação brasileira em vigor, inclusive as leis 2.875, de 19 de setembro de 1956 e 3.085, de 29 de dezembro de 1956</i> (1957). |
| Romão Côrtes de Lacerda | 1949  | 1965<br>(Falecimento) | 1901 – Leopoldina (MG)    | 1965 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Minas Gerais, foi diretor da Imprensa Oficial (1937) e, no Distrito Federal, procurador-geral (1937-1949) e presidente do Tribunal de Justiça (1957-1958). É de sua autoria a obra: <i>Do casamento religioso para efeitos civis: do casamento civil, habilitação, celebração e registro</i> (1937). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.  |

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------|-------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Narcélio de Queiroz | 1950  | 1961<br>(Falecimento) | 1904 – Quixadá (CE)       | 1961 – Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1934) e da 3ª Pretoria Cível (1938), juiz de direito da 3ª Vara Cível (1939) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1944), vice-presidente do Tribunal de Justiça (1957-1958) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1958). Foi também professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis. É de sua autoria a obra: <i>Teoria da “actio libera in causa”: a embriaguez e a responsabilidade penal – outros aspectos da questão</i> (1936). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Homero Brasiliense Soares de Pinho | 1951  | 1968<br>(Aposentadoria) | 1898 – Paraty (RJ)        | 1975        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1960).</b></p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi prefeito de Niterói (1923-1924), deputado à Assembleia Legislativa (eleito em 1922 e 1929), promotor e curador de órfãos, resíduos e ausentes da comarca de Niterói (1927), e, no Distrito Federal, juiz da 8ª Pretoria Criminal (1934) e da 1ª Pretoria Cível (1936), e juiz de direito das 9ª e 2ª Varas Cíveis (1940), e presidente do Tribunal de Justiça (1959-1960). Foi também professor da Faculdade de Direito de Niterói e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, jornalista nos periódicos <i>A Notícia</i> e <i>Última Hora</i>, e membro da Academia Fluminense de Letras (Cadeira nº 8 – Classe de Letras), e presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal (1959-1960) e da Guanabara (1961-1962). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói.</p> |

| DESEMBARGADORES                       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| Francisco Pereira de Bulhões Carvalho | 1951  | 1974<br>(Aposentadoria) | 1904 – Rio de Janeiro (cidade) | 1984        | No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça das comarcas de Itapecerica e Queluz (1926), no estado do Rio de Janeiro, promotor público das comarcas de São Francisco de Paula (1930), Macaé (1932), Cantagalo (1934) e Barra Mansa (1936), no Distrito Federal, juiz da 6ª Pretoria Criminal (1937) e da 6ª Pretoria Cível (1939), juiz de direito da 14ª Vara Cível (1940), e vice-presidente do Tribunal de Justiça (1959-1960), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1962-1963). São de sua autoria as obras: <i>Aplicação e interpretação da lei penal: estudos e decisões</i> (1940); <i>Incapacidade civil e restrição de direitos</i> (1957); <i>Estrutura e evolução do universo</i> (1959); <i>Direito do menor</i> (1977); <i>Sistemas de nulidades dos atos jurídicos</i> (1980); e <i>Falha do novo Código de Menores</i> (1980). Em 1974, foi homenageado com a inauguração de seu busto em bronze, na última sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, no antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel. |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------|-------|-----------------------|-----------------------------------|-------------|--|
| João Coelho Branco       | 1952  | 1971<br>(Falecimento) | 1901 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1971        | <b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1961-1962).</b><br>No Distrito Federal, foi delegado do 9º Distrito Policial (1931), diretor de Publicidade, Transportes e Comunicações da Polícia Civil (1933), procurador criminal da República (1933) e curador de órfãos (1934), e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1963-1966). Foi também membro do Conselho Administrativo da Assistência Judiciária de Menores (1925), diretor da <i>Revista de Direito Civil, Commercial e Criminal</i> (1926), membro do Conselho Deliberativo (1928-1930), 1º secretário (1930) e membro do Conselho de Revisão (1942) do América F. C., diretor de Relações Exteriores da Confederação Brasileira de Desportos (1943), e membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, do qual foi presidente (1946-1947). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |
| Eurico da Rocha Portella | 1952  | 1962<br>(Falecimento) | 1900 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1962        | <b>Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1961-1962).</b><br>Foi também presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Guanabara (1961-1962).   |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Oscar Accioly Tenorio | 1952  | 1974<br>(Aposentadoria) | 1904 – AL                 | 1979 – Rio de Janeiro (cidade) | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1961-1962).</b></p> <p>No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça da comarca de Prata (1928) e juiz municipal do termo de Mirai (1928), no Distrito Federal, juiz da 5ª Pretoria Criminal (1938), juiz de direito da 12ª Vara Cível (1940) e da Vara de Registros Públicos (1946), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1963-1964 e 1965-1966). Foi também professor do Instituto Rio Branco, da Universidade do Brasil, e da Universidade do Estado da Guanabara, onde foi vice-diretor e diretor da Faculdade de Direito, assim como vice-reitor e reitor. Colaborou nos periódicos <i>Lavoura e Comércio</i>, de Uberaba, <i>A Manhã</i>, <i>Gazeta de Notícias</i>, <i>O Jornal e Folha Carioca</i>, do Rio de Janeiro. Presidiu a Associação de Magistrados Brasileiros (1963-1964) e a União Internacional dos Magistrados (1971). São de sua autoria as obras: <i>México revolucionário: pequenos comentários sobre a revolução mexicana e suas conseqüências</i> (1928); <i>Dos mandatos internacionais</i> (1930); <i>Da aplicação da lei penal: arts. 1-10</i> (1942); <i>Direito Internacional Privado</i> (1942); <i>Lei de introdução ao Código Civil brasileiro: Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942</i> (1944). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.</p> |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|-----------------------|-----------------------------------|-------------|---|
| Sady Cardoso de Gusmão | 1952  | 1965<br>(Falecimento) | 1901 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1965        | No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1938) e da 8ª Pretoria Cível (1940), e juiz de direito da 8ª Vara Cível (1940) e da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947), e corregedor da Justiça (1959-1960), e, no estado da Guanabara, corregedor da Justiça Eleitoral (1961), vice-presidente (1963) e presidente (1963) do Tribunal Regional Eleitoral. Presidiu também o Instituto Benjamim Constant (1930-1938), a Associação de Magistrados do Distrito Federal (1959-1960) e a Associação de Magistrados do Estado da Guanabara (1960). Foi ainda professor da Pontifícia Universidade Católica e membro do Conselho Superior da Sociedade Brasileira de Criminologia (1952). São de sua autoria as obras: <i>Dos crimes em matéria de falência e seu processo</i> (1933); <i>Das Contravenções Penais: breve comentário à Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941</i> (1942); <i>Código de Processo Penal: breves anotações</i> (1942); e <i>Vocação hereditária e descendência</i> (1958). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|--|
| Milton Barcellos        | 1952  | 1966<br>(Aposentadoria) | 1896 – Ouro Preto (MG)         | 1969        | Juiz substituto (1940), e juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1941) e da 2ª Vara de Família (1947) do Distrito Federal. Foi também membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Brasileiros (1965-1967). |
| Carlos Manoel de Araujo | 1952  | 1963<br>(Aposentadoria) | 1893 – Rio de Janeiro (cidade) | 1971        | Juiz substituto (1940), e juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1940) e da 19ª Vara Criminal (1946) do Distrito Federal.   |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|-------------------------|-----------------------------------|-------------|---|
| Vicente de Faria Coelho | 1955  | 1971<br>(Aposentadoria) | 1905 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1992        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1963-1964).</b><br/> No Distrito Federal, foi auxiliar juramentado do 17º Ofício de Notas (1926), juiz substituto (1940), juiz de direito da 4ª Vara de Família (1946) e da 9ª Vara Cível (1950), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1967-1968 e 1969-1970).<br/> Em 1981, retornou ao serviço público, no cargo de secretário de Justiça do estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1983. Foi também professor das Faculdades de Direito da Universidade da Capital Federal e da Universidade do Estado da Guanabara. São de sua autoria as obras: <i>Os sistemas corporativos atuais e o antigo regime das corporações</i> (1938); <i>O desquite na jurisprudência dos tribunais</i> (1949); <i>Nulidade e anulação do casamento: doutrina, legislação e jurisprudência</i> (1952); <i>Recurso de revista</i> (1957); e <i>Eça de Queiroz: poesias</i> (1973).</p> |

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Antonio Faustino Nascimento | 1955  | 1971<br>(Aposentadoria) | 1901 – CE                 | 1980        | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1963-1964).</b><br>No estado do Ceará, foi delegado de polícia de Fortaleza (1930) e delegado auxiliar (1932), no Distrito Federal, juiz substituto (1940), e juiz de direito das 7ª (1942) e 1ª (1946) Varas Criminais, e, no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1967-1968 e 1969-1970). |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                       | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------|-------|--|--------------------------------|-------------|--|
| Martinho Garcez Neto | 1955  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>1</sup> | 1911 – Rio de Janeiro (cidade) | 2002        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1965-1966).</b> Juiz substituto (1940), e juiz de direito da 17ª Vara Criminal (1946), da 6ª Vara Cível (1946) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1950) do Distrito Federal. Foi também professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1968-1969). Aposentou-se em 1975. São de sua autoria as obras: <i>Questões de família</i> (1944); <i>Democracia, doutrinas políticas e segurança nacional</i> (1965); <i>Obrigações e contratos: doutrina e prática</i> (1969); <i>Prática da responsabilidade civil</i> (1970); <i>Controvérsias jurídicas e forenses</i> (1982); e <i>Temas atuais de Direito Civil</i> (2000). Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional da Barra da Tijuca, na Comarca da Capital.</p> |

<sup>1</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                       | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---|-------|--|--------------------------------|-------------|---|
| Fernando Maximiliano Pereira dos Santos | 1955  | 1967<br>(Aposentadoria)                | 1897 – RS                      | 1967        | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1965-1966).</b><br>No estado do Rio Grande do Sul, foi juiz distrital de Uruguaiana (1921) e procurador da República seccional (1922), no estado de São Paulo, procurador da República seccional (1927), e, no Distrito Federal, curador de órfãos (1934) e procurador-geral (1952-1955).   |
| Alberto Mourão Russell                  | 1960  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>2</sup> | 1908 – Rio de Janeiro (cidade) | 1997        | <b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1963-1964).</b><br>No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), e juiz de direito da 6ª Vara Criminal (1943), da Vara de Menores (1945) e da 6ª Vara de Família (1955), no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1971-1974), e, no atual estado do Rio de Janeiro, foi provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (1977), onde se aposentou em 1978. |

<sup>2</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|--|
| Frutuoso de Aragão Bulcão      | 1956  | 1968<br>(Aposentadoria) | BA                        | 1983                           | <b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1965-1966).</b><br>No estado da Bahia, foi promotor público da comarca de Itaberaba e juiz substituto da 1ª Vara Cível do termo da Capital (1924), no Distrito Federal, testamenteiro e tutor judicial (1933), e, no estado da Guanabara, vice-presidente (1964-1966) e presidente (1967-1968) da Associação dos Magistrados. |
| Roberto João da Silva Medeiros | 1956  | 1973<br>(Aposentadoria) | 1911 – Florianópolis (SC) | 1974 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Santa Catarina, foi fiscal de minas (1928), adjunto de promotor (1929-1930), promotor público (1932-1934), e juiz de direito (1934-1939), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940), e juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1946) e da 4ª Vara de Família (1950). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.        |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|---|
| Aloysio Maria Teixeira | 1956  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>3</sup> | 1914 – Rio de Janeiro (cidade) | 2012        | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1967-1968).</b><br>Juiz de casamento (1940), juiz substituto (1940), juiz de direito da 10ª Vara Cível (1946) e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947) do Distrito Federal. Aposentou-se em 1984. Foi também professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, membro da direção do Banco Nacional de Habitação (BNH), diretor administrativo da Caixa Econômica Federal (CEF), presidente do Instituto Cultural Brasil-Coréia, e 1º vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1965-1967). São de sua autoria as obras: <i>Da interpretação e lacunas da lei: breve estudo</i> (1936); e <i>Decisões</i> (1939). |
| Ernesto Stampa Berg    | 1956  | 1969<br>(Aposentadoria)   | 1899 – Rio de Janeiro (cidade) | 1983        | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1967-1968).</b><br>Juiz substituto (1940), e juiz de direito das 6ª (1945) e 16ª (1954) Varas Criminais do Distrito Federal.  |

<sup>3</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Xenocrates João Calmon de Aguiar | 1956  | 1963<br>(Aposentadoria) | 1893 – ES                 | 1970        | No estado do Espírito Santo, foi vereador da Câmara Municipal de Colatina, da qual foi presidente, deputado do Congresso Legislativo estadual, do qual foi presidente (1927-1929), e eleito deputado federal (1930), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940), juiz de direito da 3ª Vara de Família (1946), da 13ª Vara Cível (1946) e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1947).  |
| Francisco de Paula Baldessarini  | 1958  | 1966<br>(Aposentadoria) | Rio de Janeiro (cidade)   | 1979        | No Distrito Federal, foi promotor público adjunto (1939), promotor público substituto (1940), promotor público (1942), curador de família (1947), curador de resíduos (1950) e presidente da Associação do Ministério Público (1954-1956), e, no estado da Guanabara, membro do Conselho da Magistratura (1961). Foi também jornalista profissional da <i>Gazeta de Notícias</i> . São de sua autoria as obras: <i>O município no Estado Novo</i> (1941); e <i>Dos crimes contra a incolumidade pública: dos crimes contra a paz pública: dos crimes contra a fé pública: arts. 250-311</i> (1943). |

| DESEMBARGADORES              | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                    | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------|-------|-------------------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Elmano Martins da Costa Cruz | 1958  | 1975 (Disponibilidade) <sup>4</sup> | 1910 – Juiz de Fora (MG)  | 1984        | <p><b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1967-1968).</b></p> <p>No Distrito Federal, foi juiz substituto (1940), juiz de direito da 10ª Vara Cível (1945), da 1ª Vara da Fazenda Pública (1945) e da 2ª Vara da Fazenda Pública (1954), e, no estado da Guanabara, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1975), tendo presidido a sessão de instalação da Assembleia Constituinte do atual Estado do Rio de Janeiro. Foi também presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966 e 1974-1975). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.</p> |

<sup>4</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                       | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| José Murta Ribeiro | 1960  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>5</sup> | 1909 – Alagoinhas (BA)    | 1995        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1969-1970).</b></p> <p>No estado de São Paulo, foi promotor público nas comarcas de Garça (1936), Santa Adélia (1939) e Monte Alto (1939), no Distrito Federal, juiz substituto (1941), e juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1946), da 1ª Vara de Família (1947) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1955), e, no atual estado do Rio de Janeiro, provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (1975), onde se aposentou em 1978. Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas da Sociedade Universitária Gama Filho, da qual se tornou reitor. Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional de Jacarepaguá, na Comarca da Capital, e, em 2009, um busto de bronze no antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel.</p> |

<sup>5</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------|-------|---|--------------------------------|--------------------------------|---|
| Carlos de Oliveira Ramos      | 1959  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>6</sup> | 1908 – Cascavel (CE)           | 1987 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado do Ceará, foi oficial de gabinete (1930) e juiz municipal (1931), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1940), juiz de direito da 2ª Vara da Família (1946) e da 8ª Vara Cível (1947). Aposentou-se em 1978. |
| João Frederico Mourão Russell | 1959  | 1972<br>(Aposentadoria)   | 1910 – Rio de Janeiro (cidade) | 1993                           | Juiz substituto (1941), e juiz de direito da 14ª Vara Criminal e da 3ª Vara da Fazenda Pública (1946) do Distrito Federal.  |

<sup>6</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                    | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|-------------------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Antônio Marins Peixoto | 1959  | 1975 (Disponibilidade) <sup>7</sup> | 1912 – Olímpia (SP)       | 1988        | Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1969-1970). No atual estado do Rio de Janeiro, foi provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (1979), onde se tornou 2º vice-presidente (1979-1980) e presidente (1981-1982). Aposentou-se em 1982. Foi também diretor-superintendente do Banco Metropolitano do Brasil S.A. e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1980-1981). |

<sup>7</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| Florencio Aguiar de Mattos | 1960  | 1962<br>(Aposentadoria) | 1897 – Rio de Janeiro (cidade) | 1968        | Juiz substituto (1940), juiz de direito da 11ª Vara Criminal (1946) e juiz da 8ª Zona Eleitoral (1951) do Distrito Federal.   |
| Augusto Moura              | 1960  | 1971<br>(Aposentadoria) | 1901 – Curitiba (PR)           | 1990        | Inspetor federal do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde (1931), juiz substituto (1941) e juiz de direito da 5ª Vara Cível (1946) do Distrito Federal. |

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Francisco de Oliveira e Silva | 1960  | 1967<br>(Aposentadoria) | 1897 – Recife (PE)        | 1989        | No estado de Santa Catarina, foi promotor público da Capital (1925), no Distrito Federal, juiz substituto (1944), juiz de direito da 9ª Vara Criminal (1946) e da 4ª Vara Cível (1950), e, no estado da Guanabara, presidente da Associação dos Magistrados (1965-1966). Foi também sócio fundador (1964) e presidente (1970) da Academia Luso-Brasileira de Letras, e presidente da Academia Teresopolitana de Letras (1974). São de sua autoria as obras: <i>O poema da humildade</i> (1924); <i>O voo interrompido</i> (1930); <i>Das indenizações por acidentes nas ruas e nas estradas: automóvel, bonde, estrada de ferro e energia elétrica</i> (1940); <i>Da calúnia e injúria: impressas e verbais</i> (1941); <i>Das sociedades por ações: comentário ao Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940</i> (1941); <i>A perturbação dos sentidos e da inteligência: no atual e no novo Código Penal</i> (1941); |

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Francisco de Oliveira e Silva | 1960  | 1967<br>(Aposentadoria) | 1897 – Recife (PE)        | 1989        | <p><i>Das sociedades por cotas de responsabilidade limitada: doutrina, jurisprudência, legislação nacional e estrangeira e formulário (1941); Inovações do novo código penal: doutrina; o novo código penal, na íntegra (1942); Meditações (1942); Curso de processo civil: o processo civil e comercial em aulas práticas, de acordo com o código de processo civil e comercial e a lei de falências, contendo modelos completos de vários tipos de ação e processos de inventário (1948); Curso de processo penal: o código de processo penal em aulas práticas (1949); Um homem se confessa: em pensamento e sentimento (1950); Direito público: o funcionário e o estado (1957); Julgamentos fictícios à luz da criminologia (1957); D. Quixote e Carlito: tentativa de interpretação (1959); A valsa vienense e outros contos picarescos (1972).</i></p> |

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------|-------|--|---------------------------|--------------------------------|---|
| José de Aguiar Dias | 1960  | 1962<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1906 – Baependi (MG)      | 1996 – Rio de Janeiro (cidade) | Juiz substituto (1944), juiz de direito da 14ª Vara Criminal (1946), da 13ª Vara Cível (1947), da 3ª Vara Criminal (1951), da 2ª Vara da Fazenda Pública (1952), da 1ª Vara da Fazenda Pública (1954) e da 11ª Vara Cível (1957) do Distrito Federal. Foi também membro fundador, 2º vice-presidente (1950) e 1º vice-presidente (1952-1954) da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, membro fundador da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (1958), professor das Faculdades de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, Gama Filho e Cândido Mendes, jornalista, no <i>Correio Mineiro</i> e em <i>A Tribuna</i> , redator e diretor da <i>Revista do Tribunal Federal de Recursos</i> , vice-presidente do Instituto Cultural Brasil-Cuba e do Centro Brasileiro em Defesa da Paz e da Ecologia, e membro permanente do Conselho Consultivo do Conselho Mundial da Paz. |

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO - NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------|-------|--|---------------------------|--------------------------------|--|
| José de Aguiar Dias | 1960  | 1962<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1906 - Baependi (MG)      | 1996 - Rio de Janeiro (cidade) | São de sua autoria as obras: <i>Da responsabilidade civil</i> (1944), em dois volumes; <i>Suplemento dos comentários ao Código de Processo Civil</i> (1944); <i>Cláusula de não indenizar: chamada cláusula de irresponsabilidade</i> (1947); <i>Notas à súmula do Supremo Tribunal Federal</i> (1968); <i>Como se advoga no Supremo Tribunal Federal</i> (1977); <i>Responsabilidade civil em debate</i> (1983). Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional da Ilha do Governador, na Comarca da Capital, e, em 2006, no centenário de seu nascimento, pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com inauguração de busto em bronze e pintura o retratando, e também concurso de monografia. |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| Moacyr Rebello Horta | 1960  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>8</sup> | 1909 – Viçosa (MG)        | 1989        | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1971-1972).</b><br>No Distrito Federal, foi juiz substituto (1945), juiz de direito da 3ª Vara de Família (1946) e da Vara de Registros Públicos (1952), e, no atual estado do Rio de Janeiro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1975-1976 e 1977-1978). Aposentou-se 1979. |

<sup>8</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| Paulo Alonso    | 1961  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>9</sup> | 1912 – Niterói (RJ)       | 1978        | <b>Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1971-1972).</b><br>No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público da comarca de Sapucaia (1934), e curador do Juízo de Menores em Niterói (1936), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1944), juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1947), da 14ª Vara Criminal (1947), da 5ª Vara de Família (1951), da 3ª Vara de família (1952) e da 9ª Vara Cível (1955). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

<sup>9</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------------|-------|------------------------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Rizzio Affonso Peixoto Barandier | 1961  | 1964 (Aposentadoria) <sup>10</sup> | 1904 – Ubá (MG)           | 1975 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça das comarcas de Machado (1930) e Montes Claros (1930), no estado do Rio de Janeiro, pretor dos termos de Duas Barras (1939) e Sumidouro (1940), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1942) e juiz de direito da 12ª Vara Cível (1946). |

<sup>10</sup> APOSENTADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO, COM BASE NO ATO INSTITUCIONAL DE 9 DE ABRIL DE 1964.

| DESEMBARGADORES    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------|-------|---|-----------------------------------|-------------|--|
| Darcy Roquette Vaz | 1962  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>11</sup> | 1909 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1980        | <p><b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1971-1972).</b></p> <p>Na Justiça Militar, exerceu funções de auditor (décadas de 1930 e 1940). No Distrito Federal, foi juiz substituto (1946), juiz de direito da 10ª Vara Criminal (1950) e juiz da 4ª Zona Eleitoral (1954). Foi também presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Metropolitana de Futebol (1951-1952), membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (1955), do qual foi vice-presidente, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1972-1973), e vice-presidente da União Internacional de Magistrados (1974). Aposentou-se em 1975.</p> |

<sup>11</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Severino Alves de Souza | 1962  | 1966<br>(Aposentadoria) | 1896 – BA                 | 1981        | No Território do Acre, foi juiz federal seccional (1931), procurador regional da Justiça Eleitoral (1933) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1935), no estado do Ceará, juiz federal seccional (1935), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1942), juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1947), da 20ª Vara Criminal (1947) e da 7ª Vara Criminal (1955). |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Nelson Ribeiro Alves | 1962  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>12</sup> | 1911 – Rio de Janeiro (cidade) | 1975 – Rio de Janeiro (cidade) | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1973-1975).</b><br>No Distrito Federal, foi juiz substituto (1945), juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1947), da 6ª Vara Cível (1951) e da 2ª Vara da Fazenda Pública (1958), e juiz da 15ª Zona Eleitoral (1950), e, no estado da Guanabara, presidente da Associação dos Magistrados (1970-1971). Foi também professor da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Gama Filho, e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1974-1975). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

<sup>12</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE  | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|--|----------------------------|--------------------------------|---|
| Salvador Pinto Filho | 1963  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>13</sup> | 1911 – Belo Horizonte (MG) | 1986 – Rio de Janeiro (cidade) | Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1973-1975). No Distrito Federal, foi promotor substituto interino (1942), promotor substituto (1944), promotor público (1951), curador da família (1960), no estado da Guanabara, curador de resíduos, membro da Comissão de Reforma da Organização Judiciária e presidente da Comissão Supervisora do Sistema de Microfilmagem (1975), e, no atual estado do Rio de Janeiro, vice-presidente interino do Tribunal de Justiça (1975), membro do Conselho de Magistratura (1976), da Comissão da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça (1985), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1979-1981). Foi também consultor jurídico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1951), governador interino do Território de Rio Branco (1954), administrador do Departamento Jurídico da Companhia Telefônica Brasileira (1958), e vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Guanabara (1967). |

<sup>13</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------------|-------|-----------------------|---------------------------|-------------|--|
| Henrique Horta de Andrade | 1963  | 1973<br>(Falecimento) | 1908- MA                  | 1973        | <b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1969-1970).</b><br>No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça da comarca de Queluz (1926), delegado de polícia de Caratinga (1926), promotor de justiça da comarca de Ituiutaba (1931), no Território do Iguçu, juiz substituto na comarca de Clevelândia (1944), e, no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 17ª Vara Criminal (1948) e da 17ª Vara Cível (1951).   |
| Sebastião Perez Lima      | 1963  | 1972<br>(Falecimento) | 1908 – São Luís (MA)      | 1972        | No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça das comarcas de Bonsucesso, Queluz e Silvestre Ferraz, e juiz de direito da comarca de Boa Esperança, no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1951) e da 2ª Vara Cível (1951), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963) e membro da Comissão destinada ao estudo de criação do Tribunal de Alçada (1964). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| João José de Queiroz | 1964  | 1974<br>(Aposentadoria) | 1908 – Pouso Alegre (MG)  | 1978        | No Território de Ponta Porã, foi juiz substituto na comarca de Bela Vista (1944), no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1950) e da 4ª Vara da Fazenda Pública (1951), e, no estado da Guanabara, juiz de direito da 5ª Vara Cível (1961), substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963), e membro do Tribunal Regional Eleitoral (1963). Em seu município natal, foi redator do jornal <i>A Cidade</i> , secretário de estudos da chefia municipal da Ação Integralista Brasileira, e candidato a vereador por este partido (1936). Na década de 1950, substituiu, por diversas vezes, ministros do Tribunal Federal de Recursos. Foi ainda membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (1959) e professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. |

| DESEMBARGADORES              | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|--|
| Luiz Silvério da Rocha Lagoa | 1964  | 1968<br>(Falecimento)   | 1900 – Ouro Preto (MG)    | 1968                           | No estado de Minas Gerais, foi juiz municipal do termo de Manhuaçu (1928), no Território de Ponta Porã, juiz substituto (1945), no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 6ª Vara de Família (1951) e da Vara de Menores (1955), e, no estado da Guanabara, juiz de direito da 25ª Vara Criminal (1961), da 6ª Vara de Família (1961) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963).   |
| Thiago Ribeiro Pontes        | 1964  | 1975<br>(Aposentadoria) | 1905 – Belém (PA)         | 1979 – Rio de Janeiro (cidade) | <b>Corregedor da Justiça do Estado da Guanabara (1973-1975).</b><br>No estado de Santa Catarina, foi promotor público das comarcas de Chapecó (1930), São Francisco do Sul (1931) e Joinville (1935), juiz de direito das comarcas de São Joaquim (1936), Cruzeiro (1940), Jaguará (1941) e São Francisco do Sul (1942), no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 9ª Vara Criminal (1950), da 15ª Vara Cível (1951), e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1956), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963) e membro do Conselho da Magistratura (1971-1972). Foi também juiz das 3ª (1951) e 4ª (1957) Zonas Eleitorais do Distrito Federal. É de sua autoria a obra: <i>Código Penal: comentários</i> (1942), em dois volumes. |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE    | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|--|------------------------------|-------------|---|
| Luis Antonio de Andrade | 1965  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>14</sup> | 1908 – São João del Rei (MG) | 1993        | No estado da Guanabara, foi membro do Tribunal Regional Eleitoral (1965), presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (1965) e da Associação dos Magistrados (1969), e membro da comissão encarregada da organização do sistema de microfilmagem do Tribunal de Justiça (1972), e, no atual estado do Rio de Janeiro, presidente do Tribunal de Justiça (1975-1976). Foi também membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Cadeira nº 15). São de sua autoria as obras: <i>A naturalização no Estado Novo: Decreto-Lei n. 389, de 25 de abril de 1938, comentado e acompanhado de completo formulário</i> (1938), em coautoria com Eduardo Jara; <i>Da locação de prédios: lei do inquilinato</i> (1947); <i>Locação predial urbana: comentários à Lei do Inquilinato n. 1.300, doutrina, legislação, jurisprudência</i> (1952), em coautoria com J. J. Marques Filho; <i>Os novos aluguéis na locação de imóveis: como aplicar a nova Lei do Inquilinato</i> (1965); <i>Locação e despejo</i> (1966); e <i>Aspectos e inovações do Código de Processo Civil: processo de conhecimento</i> (1974). Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum Regional de Leopoldina, na Comarca da Capital. |

<sup>14</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE                     | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------------------------|-------|-------------------------|---|--------------------------------|--|
| Deocleciano Martins de Oliveira Filho | 1966  | 1972<br>(Aposentadoria) | 1906 – Barra do Rio Grande (atual Barra) – BA | 1974 – Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi comissário de polícia (1934), juiz substituto (1946), juiz de direito da 22ª Vara Criminal (1951) e da 10ª Vara Cível (1951), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963). Foi também auditor de 1ª entrância da Justiça Militar (1943). São de sua autoria as obras: <i>No país das carnaúbas</i> (1931); <i>Marujada</i> (193-); <i>Caboclo d'água</i> (1938); <i>Os romeiros</i> (1942); <i>Poemas</i> (1953); <i>Baile pastoril</i> (1954); <i>Voz de minha terra</i> (1954); <i>Iniciação plástica</i> (1956); <i>Imagens do encantamento</i> (1961); <i>Verbo figurado</i> (1965); <i>As parábolas</i> (1968); <i>Descoberta do reino</i> (1969); <i>Dimensões de Castro Alves</i> (1971); <i>Benção da terra natal</i> (1973), poesia; <i>O peixe do deserto e outros poemas: via sacra, sete espadas, as vinhas da justiça</i> (1973); e <i>Procuo o menino</i> (1976), obra póstuma. Foi membro da Academia Carioca de Letras (Cadeira nº 40) e se dedicou também às Artes Plásticas, sendo de sua autoria retábulos e estátuas que ornamentam prédios do Judiciário fluminense, que lhe valeram o cognome de <i>O Escultor da Justiça</i> . Homenageado, em 2005, com uma exposição promovida pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. |

| DESEMBARGADORES    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| Ivan Lopes Ribeiro | 1966  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>15</sup> | 1910 – MG                 | 1979        | No estado do Rio de Janeiro, foi promotor de justiça interino da comarca de Itaperuna (1938) e juiz de direito da comarca de Miracema (1944), no Distrito Federal, juiz substituto (1947), juiz de direito da 23ª Vara Criminal (1951), da 7ª Vara Cível (1951) e da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1956), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963). Foi também juiz da 2ª Zona Eleitoral (1951) do Distrito Federal e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara (1962). Aposentou-se em 1975. |

<sup>15</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Mauricio Eduardo Accioli Rabello | 1966  | 1975 (Disponibilidade) <sup>16</sup> | 1907                      | 1979        | No estado de São Paulo, foi oficial de gabinete da Interventoria Federal (1931), no Distrito Federal, promotor público adjunto (1933), promotor público (1938), curador de ausentes (1940), curador de massas falidas (1941), curador de órfãos (1952), subprocurador (1956) e procurador de justiça (1958), e membro do Conselho do Ministério Público (1959), e, no estado da Guanabara, adjunto do procurador-geral da Justiça (1965) e membro do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça (1971-1975). Foi também tesoureiro (1948-1952 e 1954-1956) e presidente (1958-1960) da Associação do Ministério Público do Distrito Federal, sócio fundador (1953) e diretor (1964) do Departamento Cultural da Associação do Ministério Público do Brasil. |

<sup>16</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------|-------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------|---|
| Cristovam Breiner | 1966  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1899 – Ubá (MG)           | 1991 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado de Minas Gerais, foi delegado de polícia em Mariana, juiz municipal em Itapecerica e Curvelo, no território de Ponta Porã, juiz substituto nas comarcas de Porto Murtinho (1944) e Maracaju (1945), no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 14ª Vara Criminal (1951) e da 2ª Vara de Família (1952), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963). Lecionou na Faculdade Cândido Mendes, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhou no <i>Jornal do Commercio</i> e na revista <i>A Ordem</i> , foi conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), membro da Associação dos Jornalistas Católicos, e da União dos Profissionais de Imprensa, da qual foi presidente. Foi ainda membro fundador da Academia Nacional de Direito, da qual foi 1º secretário (1966), e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Cadeira nº 33). São de sua autoria as obras: <i>Um caixeiro viajante e seu filho doutor</i> (1932); <i>A família e sua constituição; Cristianismo e sociedade: condicionamento cristão da vida social</i> (1968); <i>Bosque da ingenuidade; Meu poema de Ouro Preto; e Poemas religiosos.</i> |

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------|-------|--|---------------------------|--------------------------------|--|
| Mauro Gouvêa Coelho | 1966  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>17</sup> | 1906 – PB                 | 2014 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado da Paraíba, foi promotor público de Alagoa Grande (1929), professor do Liceu Paraibano (1931), delegado do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas (1934), e secretário de Estado das Finanças (1945), no Distrito Federal, juiz substituto (1946), juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1951) e da 16ª Vara Cível (1951), no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963), e, no atual estado do Rio de Janeiro, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1975-1976). Aposentou-se em 1976. Homenageado pelo Tribunal de Justiça quando completou 100 anos de idade. |

<sup>17</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| Mario Neiva de Lima Rocha | 1967  | 1972<br>(Aposentadoria) | 1908 – Rio de Janeiro (cidade) | 1988        | No Distrito Federal, foi promotor público substituto (1950), curador de família (1951) e curador de órfãos (1952), e, no estado da Guanabara, procurador de justiça (1960). Foi também procurador interino junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1936). |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE    | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------|-------|--|------------------------------|-------------|--|
| Marcelo Santiago Costa | 1967  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>18</sup> | 1913 – São João del Rei (MG) | 2007        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1947), juiz de direito da 17ª Vara Criminal (1951), da 14ª Vara Cível (1951) e da 3ª Vara da Fazenda Pública (1959), no estado da Guanabara, juiz de direito da 7ª Vara da Fazenda Pública (1962) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963), e, no atual estado do Rio de Janeiro, presidente do Tribunal de Justiça (1977-1978) e membro do Grupo de Altos Estudos da Memória Judiciária (1995). Foi também jornalista, professor de Direito Internacional Privado, membro da União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro (UJUCARJ), presidente da Associação dos Magistrados do Estado da Guanabara (1974-1975) e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1982-1983). |

<sup>18</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------------|-------|-------------------------|-----------------------------------|-------------|--|
| Alcino Pinto Falcão           | 1968  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1915 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1998        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1947) e juiz de direito da 21ª Vara Criminal (1951), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1963). São de sua autoria as obras: <i>Da imunidade parlamentar: informe de direito constitucional comparado e particular</i> (1955); <i>Constituição anotada</i> (1956-1957), em três volumes; <i>Parte geral do Código Civil</i> (1959); <i>Novas instituições do direito político brasileiro</i> (1961); e <i>A nova constituição e o direito internacional</i> (1987).   |
| Ivan Castro de Araújo e Souza | 1968  | 1972<br>(Falecimento)   | 1905 – MA                         | 1972        | No estado do Maranhão, foi promotor público das comarcas de Rosário (1931), Caxias (1932) e da Capital (1933), e juiz de direito da comarca de Codó (1938), no Distrito Federal, promotor público adjunto (1935), juiz substituto (1947), juiz de direito da 18ª Vara Criminal (1951) e da 3ª Vara de Família (1956), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1964). Foi também juiz substituto do Território do Iguazu (1945), juiz presidente da 35ª Junta Eleitoral do Distrito Federal (1954) e da 18ª Junta Eleitoral do Estado da Guanabara (1960). |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|--|--------------------------------|-------------|---|
| Décio Pio Borges de Castro | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>19</sup> | 1910 – Rio de Janeiro (cidade) | 1985        | No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público das comarcas de Rio Claro (1936), Maricá (1936) e Cantagalo (1939), e curador-geral da comarca de Niterói (1942), no Distrito Federal, juiz substituto (1947), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1951) e da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões (1959), no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1964), e, no atual estado do Rio de Janeiro, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1977-1978). Aposentou-se em 1980. |

<sup>19</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Julio Alberto Alvares | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>20</sup> | 1912 – MG                 | 1994        | No Distrito Federal, foi juiz de casamento (1940), juiz de Registro Civil (1943), juiz de direito da 14ª Vara Criminal (1953) e da 6ª Vara de Família (1955), no estado da Guanabara, juiz de direito da 12ª Vara Cível (1961), do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1964), e, no atual estado do Rio de Janeiro, corregedor-geral da Justiça (1977-1978). Aposentou-se em 1981. |

<sup>20</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|--------------------|---------------------------|-------------|--|
| Ildefonso Mascarenhas da Silva | 1969  | 1969 (Falecimento) | Paraopeba – MG            | 1969        | Secretário de Educação e Saúde Pública (1946) do estado de Minas Gerais, professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro e da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, ministro substituto (1951-1959) e efetivo (1959-1963) do Tribunal Superior Eleitoral. Foi também membro do Conselho Nacional do Petróleo (1961), representante do Brasil na Reunião Interamericana de Especialistas em Direito do Autor (1966), e membro do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (1968). São de sua autoria as obras: <i>Desapropriação por necessidade e utilidade pública</i> (1947); <i>Direito do autor</i> (1947); e <i>Estudos jurídicos</i> (1947). |

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|---|
| Carlos Luiz<br>Bandeira Stampa | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>21</sup> | 1917 – Rio de Janeiro (cidade) | 1983 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado do Rio de Janeiro, foi adjunto de promotor (1939) e pretor (1942) do termo de Trajano de Moraes, e promotor público da comarca de Bom Jardim (1943), no Distrito Federal, juiz substituto (1947), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1952) e da 26ª Vara Criminal (1955), e, no estado da Guanabara, juiz do Tribunal de Alçada (1964), do qual foi presidente (1964-1966), e juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça, e, no atual estado do Rio de Janeiro, presidente do Tribunal de Justiça (1979-1980). Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretor da Escola de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara. Aposentou-se em 1982. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

<sup>21</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------|-------|--|--------------------------------|-------------|---|
| Ebert Vianna Chamoun | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>22</sup> | 1923 – Rio de Janeiro (cidade) | 2019        | Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e corregedor-geral da Justiça do estado do Rio de Janeiro (1979-1980). Aposentou-se em 1988. É de sua autoria a obra: <i>Curso de direito romano: direito das sucessões</i> (1948). |

<sup>22</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Olavo Tostes Filho | 1971  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>23</sup> . | 1918 – Muriaé (MG)        | 2015        | No estado de Minas Gerais, foi deputado estadual (1951), no Distrito Federal, juiz substituto (1951), juiz de direito da 13ª Vara Criminal (1953) e da 3ª Vara Cível (1956), no estado da Guanabara, juiz de direito da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1963), do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça, e, no atual estado do Rio de Janeiro, corregedor-geral da Justiça (1981-1982) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1985-1986). Aposentou-se em 1986. Foi também presidente da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (1976-1977). |

<sup>23</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--|-------|--|--------------------------------|-------------|---|
| Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Junior | 1971  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>24</sup> | 1913 – Rio de Janeiro (cidade) | 1997        | No Distrito Federal, foi promotor público substituto (1946), promotor público (1949), curador (1957) e procurador da Justiça (1960), e, no atual estado do Rio de Janeiro, 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça (1982). Foi também procurador adjunto do Conselho Regional do Trabalho (1941). Aposentou-se em 1983. |

<sup>24</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------|-------|--|--------------------------------|-------------|---|
| Eduardo Jara    | 1971  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>25</sup> | 1909 – Santana do Deserto (MG) | 2004        | No Distrito Federal, foi promotor público adjunto (1938), juiz substituto (1948) e juiz de direito da 22ª Vara Criminal, e, no estado da Guanabara juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça. Foi também adjunto de promotor da 3ª Auditoria Militar da 1ª Região Militar (1939), adjunto de procurador (1939) e procurador (1940) do Tribunal de Segurança Nacional, redator de Documentos Parlamentares e Anais (1946), juiz da 7ª Zona Eleitoral do Distrito Federal (1952), conselheiro da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (1960), e membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara (1964). Aposentou-se em 1979. Em coautoria com Luis Antonio de Andrade, escreveu: <i>A naturalização no Estado Novo: Decreto-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938, comentado e acompanhado de completo formulário</i> (1938). |

<sup>25</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------|-------|--|--------------------------------|---------------------|---|
| Pedro Bandeira Steele | 1971  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>26</sup> | 1911 – Rio de Janeiro (cidade) | 1987 – Niterói (RJ) | No estado do Rio de Janeiro, foi adjunto de promotor de justiça do termo de Miracema (1939) e pretor do termo de São Sebastião do Alto (1944), no Distrito Federal, juiz substituto (1951), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1954) e da 1ª Vara de Família (1959), e, no estado da Guanabara, juiz de direito da Vara de Acidentes do Trabalho (1960), da 7ª Vara Cível (1962), do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1967). Aposentou-se em 1981. |

<sup>26</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Valporê de Castro Caiado | 1972  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>27</sup> | 1910 – Ituiutaba (MG)     | 2001        | No estado de Minas Gerais, foi promotor público da comarca de Bambury (1932) e juiz municipal de Juiz de Fora (1939), no Distrito Federal, juiz substituto (1951) e juiz de direito da 11ª Vara Criminal (1953), e, no estado da Guanabara, juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1980. É de sua autoria a obra: <i>Código de processo civil: Decreto-Lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939, anotado na conformidade da legislação comparada e anterior, a doutrina e a jurisprudência, e, com os suplementos constantes dos decretos-leis posteriores</i> (1941). |

<sup>27</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|---|
| Hamilton de Moraes e Barros | 1972  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>28</sup> | 1914 – MG                 | 1999        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951) e juiz de direito da 15ª Vara Criminal (1953), no estado da Guanabara, vice-presidente do Tribunal de Alçada (1964-1965) e juiz de direito substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1969), e, no atual estado do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Regimento Interno (1977-1980). Foi também professor da Faculdade de Direito de Niterói e da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Brasileiros (1965-1967), da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (Cadeira nº 3) e da Delegação Brasileira ao III Simpósio de Direito Comparado Luso-Brasileiro, realizado em Coimbra (1983). Aposentou-se em 1984. São de sua autoria as obras: <i>As liminares do mandado de segurança</i> (1963) e <i>Comentários ao Código de Processo Civil: Lei nº 5.689, de 11 de janeiro de 1973</i> (1974). |

<sup>28</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Lourival Gonçalves de Oliveira | 1972  | 1975 (Disponibilidade) <sup>29</sup> | 1915 – Curvelo (MG)       | 1989        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951), juiz de direito da 2ª Vara Criminal (1954), da 1ª Vara de Família (1956) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1959), no estado da Guanabara, juiz do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1966), e, no atual Estado do Rio de Janeiro, provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (1979), do qual se tornou presidente (1983-1984). Aposentou-se em 1985. |

<sup>29</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------|-------|--|---------------------------|-------------|---|
| Ney Cidade Palmeiro | 1972  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>30</sup> | 1910- Porto Alegre (RS)   | 1981        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951) e juiz de direito da 21ª Vara Criminal (1955), no estado da Guanabara, juiz do Tribunal de Alçada (1964), do qual foi presidente (1967-1968), e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1979. Foi também professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, da qual foi diretor, presidente do Botafogo F. R. (1964-1967) e da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro (1978-1979), e reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1980-1981). |

<sup>30</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Clovis Paulo da Rocha | 1972  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>31</sup> | 1908 – Rio de Janeiro (cidade) | 1980 – Rio de Janeiro (cidade) | No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público da comarca de São João Marcos (1934), no Distrito Federal, promotor público substituto (1940) e promotor público (1943), no estado da Guanabara, procurador-geral (1971-1972), e, no atual estado do Rio de Janeiro, procurador-geral (1979-1980). Foi também professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade Católica de Direito e da Faculdade Nacional de Direito, membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (1946-1947) e do Conselho Consultivo da Associação do Ministério Público do Distrito Federal (1948-1950). São de sua autoria as obras: <i>Vintena do testamenteiro</i> (1941); <i>Das construções na teoria geral da acessão</i> (1943); e <i>Eficácia da transcrição</i> (1958). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro. |

<sup>31</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Oduvaldo José Abritta | 1973  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>32</sup> | 1916- Cataguazes (MG)     | 1989        | No Território do Iguaçú, foi juiz substituto na comarca de Clevelândia (1946), no Distrito Federal, juiz substituto (1951), juiz de direito da 12ª Vara Criminal (1953) e juiz da 1ª Zona Eleitoral (1957), e, no estado da Guanabara, juiz do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1984. |

<sup>32</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE  | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------|-------|--|----------------------------|-------------|---|
| Antonio Paulo Soares de Pinho | 1973  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>33</sup> | 1907 – Barra do Piraí (RJ) | 1983        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951), juiz de direito da 20ª Vara Criminal (1955) e da 14ª Vara Cível (1959), no estado da Guanabara, juiz de direito da Vara de Registros Públicos (1960), do Tribunal de Alçada (1964), e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça, e, no atual estado do Rio de Janeiro, vice-presidente do Tribunal de Justiça (1976). Foi também oficial da Diretoria de Interior e Justiça (1930) e do Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro (1933), fundador da Caixa de Assistência dos Advogados, da qual foi presidente (1944-1951), consultor jurídico do Departamento de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Aposentou-se em 1977. |

<sup>33</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Manoel Antonio de Castro Cerqueira | 1974  | 1975 (Disponibilidade) <sup>34</sup> | 1910 – Recife (PE)        | 1994        | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951) e juiz de direito da 2ª Vara Criminal (1956), no estado da Guanabara, juiz de direito da 7ª Vara Cível (1960), da 1ª Vara da Fazenda Pública (1962), do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça (1969), e, no atual estado do Rio de Janeiro, foi provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (1979), onde se aposentou no ano seguinte. Foi também membro fundador da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (1958), membro do Tribunal Regional Eleitoral (1965) e corregedor da Justiça Eleitoral (1969-1970). |

<sup>34</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---|-------|--------------------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella | 1974  | 1975 (Disponibilidade) <sup>35</sup> | 1914 – SP                 | 1992        | Uma das pioneiras do Judiciário brasileiro, foi a primeira mulher a ingressar na magistratura do Distrito Federal, ocupando os cargos de juiz substituto (1951) e de juiz de direito da 5ª Vara de Família (1953). No estado da Guanabara, foi juíza do Tribunal de Alçada (1967) e também a primeira desembargadora do Tribunal de Justiça (1974). Aposentou-se em 1983. |

<sup>35</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTA EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                                   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---|-------|--|--------------------------------|--------------------------------|--|
| Graccho Aurélio Sá Vianna Pereira de Vasconcellos | 1974  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>36</sup> | 1916 – Rio de Janeiro (cidade) | 1987 – Rio de Janeiro (cidade) | No Distrito Federal, foi juiz substituto (1951), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1955) e da 15ª Vara Cível (1956), no estado da Guanabara, juiz de direito da 2ª Vara de Órfãos e Sucessões (1963), do Tribunal de Alçada (1964) e substituto de desembargador do Tribunal de Justiça, e, no atual estado do Rio de Janeiro, 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça (1983-1984). Aposentou-se em 1986. Foi também professor de Direito na Universidade do Estado da Guanabara e do Centro de Instrução Graça Aranha (CIAGA). |

<sup>36</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.



*DES. ARTHUR VASCO ITABAIANA DE OLIVEIRA - ACERVO CCMJ*

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1946 – 1975)

A antiga corte fluminense, criada em 1891, e fruto da transformação das antigas províncias do império em estados, na década de 1940, encontrava-se instalada no Palácio da Justiça, cuja edificação fora concluída em 1919, na capital estadual, a cidade de Niterói. Ali funcionou até a sua extinção, em 1975, para criação do novo Tribunal, fruto da fusão com o Estado da Guanabara, e que viria a ter sede na cidade do Rio de Janeiro

Semelhantemente ao que ocorrera ao Distrito Federal e demais entes federativos, a Constituição de 1946

modificou a sua denominação, que, de Tribunal de Apelação passou a se chamar Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. À época, seu presidente era o des. Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira.

O Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro foi criado pela Lei estadual nº 6.540, de 29 de junho de 1971, para reduzir o número de demandas a cargo do Tribunal de Justiça, conforme estava previsto na constituição de 1946.

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|----------------------------|--|
| Aniceto de Medeiros Corrêa     | 1930  | 1953<br>(Aposentadoria) | 1883 – Macaé (RJ)         | 1956 – Niterói (RJ)        | Promotor público das comarcas de Capivari, atual Silva Jardim (1906), e Resende (1908), juiz municipal em Maricá (1909) e Santa Teresa (1910), atual Rio das Flores, juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1921), Pirai (1921) e Niterói (3ª Vara – 1929), e da Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1930), e presidente do Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1935). Foi também poeta e jornalista. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades de Macaé, Niterói, Rio das Flores e Rio de Janeiro.   |
| Julião Rangel de Macedo Soares | 1931  | 1949<br>(Aposentadoria) | 1879 – MG                 | 1961 – Rio de Janeiro (RJ) | Promotor público das comarcas de Cabo Frio (1903), Resende (1905), Paraíba do Sul (1906) e Iguaçu (1906), juiz de direito das comarcas de São Francisco de Paula (1918) e Niterói (3ª Vara – 1921; 2ª Vara – 1922), juiz dos feitos da Fazenda Pública (1930), e presidente da Corte de Apelação e do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1937). Na mesma unidade federativa, foi também administrador da Caixa de Assistência dos Servidores (1931), vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1945-1949) e membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954). |

| DESEMBARGADORES                      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Oldemar de Sá Pacheco                | 1935  | 1951<br>(Aposentadoria) | 1881 – RJ                 | 1957 – Niterói (RJ) | Delegado de polícia em Niterói (1912), promotor público da comarca de Cantagalo (1912), juiz municipal dos termos de São Pedro de Aldeia (1913), Mangaratiba (1914) e São Gonçalo (1914), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1921) e Niterói (3ª Vara – 1922; 1ª Vara – 1929), corregedor-geral da Justiça (1937-1939 e 1941) e presidente (1940) do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro. Foi também presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. |
| Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães | 1936  | 1951<br>(Aposentadoria) | 1881 – Cantagalo (RJ)     | 1969 – Niterói (RJ) | 2º vice-presidente (1939) e presidente (1941-1945) do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro, e corregedor-geral da Justiça fluminense (1939-1940). Foi também interventor federal no Estado do Rio de Janeiro (1945-1946), diretor da Faculdade de Direito de Niterói, e membro da Academia Fluminense de Letras (Cadeira nº 5 – Classe de Letras). Homenageado, em 1973, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Cantagalo.   |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira | 1937  | 1949<br>(Aposentadoria) | 1879 – Macaé (RJ)         | 1952 – Niterói (RJ) | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1946).</b><br/> Promotor público das comarcas de Rio Bonito (1903) e Itaboraí (1906), juiz municipal dos termos de Santa Tereza (1907), atual Rio das Flores, Sumidouro (1908), Bom Jardim (1911), São Francisco de Paula (1911), atual Trajano de Moraes, e São Sebastião do Alto (1915), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1919), Santo Antonio de Pádua (1919), Itaguaí (1924), Itaocara (1929) e Iguaçu (1ª Vara – 1931), e presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1946). São de sua autoria as obras: <i>Princípios de sucessões e testamentos</i> (1910); <i>Elementos de Direito das Sucessões</i> (1918) e <i>Tratado de Direito de Sucessões</i> (1936). Homenageado, em 1954, com a atribuição de seu nome ao antigo prédio do Fórum da comarca de Nova Iguaçu, e a logradouro na cidade de Niterói.</p> |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO             | NASCIMENTO – NATURALIDADE       | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|------------------------------|---------------------------------|-------------|---|
| Ivair Nogueira Itagiba | 1937  | 1948<br>(Exonerado a pedido) | 1902 – São João Nepomuceno (MG) | 1981        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1947).</b></p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi prefeito de Macaé (1935-1937), procurador-geral (1937), e secretário do Interior e Justiça (1948). São de sua autoria as obras: <i>A família: comentários à lei da sua organização e proteção, codificação</i> (1941); <i>Indelinqüência e responsabilidade: comentários à legislação penal brasileira</i> (1942); <i>Do homicídio</i> (1945); <i>O pensamento político universal e a constituição brasileira</i> (1947); <i>Homicídio, exclusão de crime e isenção de pena</i> (1958); <i>A constituição estadual no Supremo Tribunal Federal</i> (1976); e <i>Anteprojeto de Constituição para o Brasil e exposição de motivos</i> (1980). Homenageado, em 2003, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Macaé.</p> |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Agenor Ferreira Rabello | 1937  | 1958<br>(Aposentadoria) | 1894 – Itaperuna (RJ)     | 1981        | <p><b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1948).</b><br/> No estado do Rio de Janeiro, foi suplente de juiz de direito (1920) e promotor público (1921) da comarca de Itaperuna, e, no de Minas Gerais, promotor de justiça da comarca de Monte Santo (1927). Foi eleito deputado federal por seu estado natal (1935-1937), onde também foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1951). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade do Rio de Janeiro.</p> |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Tobias Dantas Cavalcanti | 1941  | 1954<br>(Aposentadoria) | 1884 – PB                 | 1963        | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1949).</b><br>Promotor público das comarcas de Angra dos Reis (1908), Cabo Frio (1910) e Cantagalo (1913), juiz municipal dos termos de São Pedro da Aldeia (1914), Capivari (1916), atual Silva Jardim, e Itaguaí (1922), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1922), Capivari (1922), atual Silva Jardim, Rio Bonito (1925), Barra Mansa (1929), Iguaçu (2ª Vara – 1931; 1ª Vara Cível – 1937) e Niterói (1ª Vara – 1939). Foi também vice-presidente (1951) e presidente (1953-1954) do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. |
| Sydenham de Lima Ribeiro | 1941  | 1951<br>(Aposentadoria) | 1881 – SP                 | 1975        | <b>Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1950).</b><br>Juiz municipal dos termos de Saquarema (1911), Mangaratiba (1914) e São Gonçalo (1921), juiz de direito das comarcas de Itaocara (1921 e 1929), Santo Antônio de Pádua (1924 e 1930), Barra do Pirai (1932) e Niterói (2ª Vara – 1937).   |

| DESEMBARGADORES                | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Alvaro Ferreira da Silva Pinto | 1941  | 1963<br>(Aposentadoria) | 1893 – RJ                 | 1969        | <p><b>1º vice-presidente (1950) e presidente (1951) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Promotor público das comarcas de Cabo Frio (1922), Santo Antônio de Pádua (1923), São Gonçalo (1925) e Nova Iguaçu (1926), juiz de direito das comarcas de Carmo (1929), São João da Barra (1930), Cambuci (1931), Campos (3ª Vara – 1931), Iguaçu (2ª Vara – 1937) e Niterói (3ª Vara – 1938), e corregedor-geral da Justiça (1942-1944). Foi também presidente (1945-1948, 1954-1956 e 1962-1963) e vice-presidente (1961) do Tribunal Regional Eleitoral, e corregedor da Justiça Eleitoral (1942-1944, e 1961) do Estado do Rio de Janeiro, presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954-1955), e professor da Escola Livre de Direito Clóvis Bevilacqua e da Faculdade de Direito de Niterói. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades de Campos dos Goytacazes e Niterói.</p> |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Luiz da Silveira Paiva | 1942  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1885 – PB                 | 1969 – Niterói (RJ) | <p>3º (1949), 2º (1950) e 1º (1951) vice-presidente, e presidente (1952) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Promotor público da comarca de Rio Bonito (1917), juiz municipal do termo de Santana de Japuíba (1920), e juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1922) e Campos (1ª Vara – 1930). Foi também membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Fluminenses (1962-1963).</p> |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                       | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO        | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------|-------|--|---------------------------|--------------------|--|
| Flavio Fróes da Cruz    | 1946  | 1959<br>(Aposentadoria)                | 1889 – RJ                 | 1968 – RJ          | Corregedor-geral da Justiça (1949), 3º vice-presidente (1950), vice-presidente (1952) e presidente (1953) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Promotor público da comarca de Magé (1912), juiz municipal do termo de Santana do Japuíba (1926), no atual município de Cachoeiras de Macacu, juiz de direito das comarcas de São Fidélis (1926), Pirai (1931), São Gonçalo (1935) e Niterói (3ª Vara Cível – 1941). Ainda no estado do Rio de Janeiro, foi juiz da 10ª Zona Eleitoral (1936), presidente do Conselho Fiscal e Deliberativo da Associação dos Magistrados Fluminenses (1955), vice-presidente (1954) e presidente (1957) do Tribunal Regional Eleitoral. |
| Caetano Thomaz Pinheiro | 1946  | 1948<br>(Disponibilidade) <sup>1</sup> | 1881 – RJ                 | 1961- Niterói (RJ) | Promotor público da comarca de São João da Barra (1906), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1922) e Campos (2ª Vara – 1931).   |

<sup>1</sup> POR ATO DE 31 DE AGOSTO DE 1948, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA, A PEDIDO, POR MOTIVO DE MOLÉSTIA.

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Guaracy de Albuquerque Souto Mayor | 1948  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1899 – PB                 | 1990        | Corregedor-geral da Justiça (1950) e 3º vice-presidente (1951) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Promotor público das comarcas de Itaocara (1931), Campos (1932) e Niterói (1939). Ainda no estado do Rio de Janeiro, foi professor da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua (1937), chefe de gabinete do secretário do Interior e Justiça (1939), membro da comissão encarregada da codificação das leis fluminenses (1939), procurador-geral (1947-1948), sócio fundador da Academia Niteroiense de Letras (Cadeira nº 10), e membro do Conselho Estadual de Cultura. São de sua autoria as obras: <i>Palavras sem eco</i> (1971); <i>11 de agosto: o facho da tradição</i> (1973); e <i>Contra-almirante Júlio Souto Mayor</i> (1974). |

| DESEMBARGADORES                    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|--|
| Joaquim Portella de Almeida Santos | 1948  | 1959<br>(Aposentadoria) | 1888 – Rio de Janeiro (cidade) | 1984        | <b>Corregedor-geral da Justiça (1951), vice-presidente (1953) e presidente (1954) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Promotor público das comarcas de Capivari (1910), atual Silva Jardim, e Angra dos Reis (1913), juiz de direito das comarcas de São Francisco de Paula (1924), Capivari (1927) e Magé (1929), e da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1938). |
| José Cortes Júnior                 | 1948  | 1953<br>(Aposentadoria) | 1883 – RJ                      | 1966        | Promotor público de Niterói (1915), juiz de direito da comarca de Itaocara (1924), prefeito de Itaocara (1930), chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro (1931), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1933), Itaperuna (2ª Vara – 1936) e Campos (3ª Vara – 1937). Foi também membro da Academia Fluminense de Letras.   |

| DESEMBARGADORES                        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO            | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--|-------|-----------------------|--------------------------------|------------------------|---|
| Eduardo Gonçalves da Silva             | 1949  | 1954<br>(Falecimento) | 1896 – RJ                      | 1954                   | Promotor público de Cambuci (1921), juiz municipal do termo de Teresópolis (1924), juiz de direito da comarca de Teresópolis (1929), juiz substituto (1940) e juiz de direito da 1ª Vara Cível da comarca de Niterói (1941). Foi também membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1946).   |
| Joaquim Antonio Cordovil Maurity Filho | 1949  | 1950<br>(Falecimento) | 1896 – Rio de Janeiro (cidade) | 1950 – Petrópolis (RJ) | Promotor público das comarcas de Capivari (1921) e Vassouras (1922), juiz de direito das comarcas de Paraty (1930), Santa Maria Madalena (1931), Angra dos Reis (1932) e Petrópolis (1938). Foi ainda membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1946). São de sua autoria as obras: <i>Decisões</i> (1939) e <i>Processo crime de estupro por queixa privada</i> (1939). |

| DESEMBARGADORES                        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|--|
| Horácio Marques de Carvalho Braga      | 1950  | 1964<br>(Aposentadoria) | 1894 – Rio de Janeiro (cidade) | 1983        | <b>Vice-presidente (1954) e presidente (1955) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Juiz municipal de Saquarema (1922), juiz de direito das comarcas de Saquarema (1929), Sapucaia (1931), Itaperuna (Vara Criminal – 1939) e Niterói (Vara Criminal – 1941).   |
| Antonio Francisco da Silva Leal Junior | 1951  | 1954<br>(Aposentadoria) | 1898 – RJ                      | 1984        | <b>Corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1953).</b><br>Na mesma unidade federativa, foi delegado auxiliar (1935), chefe de polícia (1937), prefeito de Saquarema (1938) e Rio Claro (1938-1939), chefe de gabinete da Chefatura de Polícia (1940), deputado estadual (1951), presidente da Assembleia Legislativa, e secretário de Segurança Pública (1954), diretor do Departamento Jurídico do Partido Social Democrático (1957), e superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar (1962). |

| DESEMBARGADORES              | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                       | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Diniz do Valle               | 1951  | 1953<br>(Aposentadoria)                | 1883 – PE                 | 1971        | No estado do Espírito Santo, foi promotor público das comarcas de Guandu (1909), Linhares (1910) e Itapemirim (1910), procurador fiscal da Fazenda (1911), promotor público da comarca da Capital (1912), juiz de direito das comarcas de Itapemirim (1913), Alegre (1914) e São Mateus (1916), e, no estado do Rio de Janeiro, juiz municipal dos termos de Maricá (1916) e Santana de Japuíba (1924), atual Cachoeiras de Macacu, e juiz de direito das comarcas de São Fidélis (1926), Santa Maria Madalena (1926), Itaocara (1929), Cantagalo (1929), Itaperuna (2ª Vara – 1937), Nova Iguaçu (Vara Cível – 1939), Nova Friburgo (1940) e Bom Jardim (1943). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói. |
| Acácio Aragão de Souza Pinto | 1951  | 1951<br>(Disponibilidade) <sup>2</sup> | 1886 – CE                 | 1967        | Promotor público da comarca de Sapucaia (1921), juiz de direito das comarcas de Araruama (1929), Barra Mansa (1931) e Nova Iguaçu (1939). Foi também presidente da Junta Apuradora Eleitoral de Nova Iguaçu (1947). Homenageado, em 1959, com a atribuição de seu nome à biblioteca do Fórum da comarca de Nova Iguaçu.  |

<sup>2</sup> POR ATO DE 4 DE DEZEMBRO DE 1951, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA, A PEDIDO.

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                    | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|-------------------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Everard Barreto de Andrade | 1951  | 1952 (Disponibilidade) <sup>3</sup> | 1886 – PE                 | 1966        | Promotor público (1915) e prefeito (1916) de Nova Friburgo, prefeito de Barra Mansa (1917), juiz municipal de Santana de Japuíba, Bom Jardim (1919) e Maricá (1924), juiz de direito das comarcas de Sapucaia (1929), Itaocara (1931), Santa Maria Madalena (1932), Valença (1933), Barra do Pirai, Itaguaí (1941), Bom Jardim (1942), e Niterói (juiz substituto – 1943; 3ª Vara Cível – 1946). Foi também membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1946). |

<sup>3</sup> POR ATO DE 18 DE ABRIL DE 1952, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA, A PEDIDO.

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE                                   | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------|-------|-----------------------|---|---------------------|---|
| Myrtharistides de Toledo Piza | 1952  | 1956<br>(Falecimento) | 1904 – São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes (RJ) | 1956 – Niterói (RJ) | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1955) e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1956).</b></p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi delegado da 2ª Região Policial (Campos – 1936) e da 6ª Região Policial (Petrópolis – 1936), juiz de direito substituto da comarca de Campos (3ª Vara – 1936), chefe de polícia (1938), juiz de direito substituto da comarca de Niterói (1940), juiz de direito das comarcas de São Gonçalo (1941) e Niterói (1ª Vara Cível – 1949). Foi também membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1950), fundador da Academia Niteroiense de Letras, na qual ocupou a Cadeira nº 2, professor da Faculdade de Direito de Niterói, membro da Academia Fluminense de Letras, da Academia Petropolitana de Letras e do Instituto Histórico de Petrópolis.</p> <p>São de sua autoria as obras: <i>Itaocara: antiga aldeia de índios</i> (1946); e <i>O desaforamento no processo civil brasileiro</i> (1955). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói (1956) e ao antigo prédio do Fórum da comarca de São Gonçalo (1974).</p> |

| DESEMBARGADORES               | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|--|
| Alfredo Cumplido de Sant'Anna | 1952  | 1968<br>(Aposentadoria) | 1898 – Rio de Janeiro (cidade) | 1985        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1955), vice-presidente (1956) e presidente (1956-1957) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>No estado de Minas Gerais, foi delegado de polícia de Campanha (1923), e, no do Rio de Janeiro, delegado da 8ª Região Policial (Paraíba do Sul), 1ª Região Policial (São Gonçalo) e 4ª Região Policial (Campos – 1925), promotor público em Itacoara (1926) e São Fidélis (1927), juiz de direito das comarcas de Barra de São João (1931), São Fidelis (1931), Mangaratiba (1932) e Resende (1938), juiz dos feitos da Fazenda Pública (1939), e da comarca de Niterói (3ª Vara Cível – 1940; 2ª Vara Cível – 1941). Foi também membro da Academia Carioca de Letras (Cadeira nº 11), da Academia Fluminense de Letras (Cadeira nº 4, Classe de Letras), da Comissão de Sindicância do Estado do Rio de Janeiro, da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, do Instituto Cultural Brasil-Grécia, da Federação das Academias de Letras do Brasil, e da Academia Brasileira de Artes. São de sua autoria as obras: <i>A festa dos astros</i> (1934); e <i>A marcha fúnebre</i> (1984).</p> |

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                    | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------------|-------|-------------------------------------|---------------------------|---------------------|--|
| João Gonçalves da Fonte | 1953  | 1954 (Disponibilidade) <sup>4</sup> | 1885 – RJ                 | 1960 – Niterói (RJ) | Juiz municipal dos termos de Sumidouro (1920), Itaguaí (1922) e São Pedro da Aldeia (1924), juiz de direito das comarcas de Paraty (1929), Itaguaí (1930), Angra dos Reis (1938) e Cabo Frio (1938). Aposentou-se em 1956. Homenageado, em 1973, com a atribuição de seu nome ao antigo prédio do Fórum da comarca de Cabo Frio.                   |
| Adherbal de Oliveira    | 1953  | 1954 (Disponibilidade) <sup>5</sup> | 1885 – RJ                 | 1958                | Juiz municipal do termo de Paraty (1926), juiz de direito das comarcas de Paraty (1929), Rio Claro (1929), Capivari (1931), atual Silva Jardim, São Fidélis (1936), Paraíba do Sul (1937), Três Rios (1944) e São João de Meriti (1952). Aposentou-se em 1955. Homenageado com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de São João de Meriti. |

<sup>4</sup> REMUNERADA.

<sup>5</sup> COM VENCIMENTOS INTEGRAIS, A PEDIDO.

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------------|-------|-----------------------|---------------------------|---------------------|--|
| Ayres Itabaiana de Oliveira | 1954  | 1956<br>(Falecimento) | 1906 – Rio Bonito (RJ)    | 1956 – Niterói (RJ) | Promotor público das comarcas de São João Marcos (1933), Santana de Japuiba (1936), atual Cachoeiras de Macacu, e Bom Jardim (1937), juiz de direito das comarcas de Cantagalo (1939), São Gonçalo (1949) e Niterói (1ª Vara Cível – 1952). Foi também membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1950). São de sua autoria as obras: <i>Na seara jurídica</i> (1949); e <i>Na judicatura fluminense</i> (1949). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói. |

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------|-------|-------------------------|-----------------------------------|-------------|--|
| Cesar Salamonde | 1954  | 1965<br>(Aposentadoria) | 1895 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1966        | <p>Corregedor-geral da Justiça (1956), vice-presidente (1957) e presidente (1957-1958) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Promotor público da comarca de Paraíba do Sul (1919), juiz municipal do termo de Bom Jardim (1926), juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1929), Paraty (1931) e Niterói (Juízo de Menores – 1936; 3ª Vara Cível – 1951). Foi também membro fundador e 1º vice-presidente da Sociedade Fluminense de Fotografia (1944), vice-presidente (1954) e membro do Conselho Deliberativo e Fiscal (1956-1957) da Associação dos Magistrados Fluminenses. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Volta Redonda.</p> |

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE     | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------|-------|---|-------------------------------|---------------------|---|
| Cesínio de Carvalho Paiva | 1954  | 1954<br>(Disponibilidade) <sup>6</sup>  | 1887 – PB                     | 1968 – Niterói (RJ) | Promotor público de Carmo (1914) e Santo Antônio de Pádua, juiz municipal dos termos de São Pedro da Aldeia (1921) e Sumidouro, delegado da 5ª Zona Policial, juiz de direito das comarcas de Cambuci (1933) e Santo Antônio de Pádua (1939).   |
| Newton Quintella          | 1954  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>7</sup> | 1907 -Rio de Janeiro (cidade) | 2003                | <b>Corregedor-geral da Justiça (1957), vice-presidente (1958) e presidente (1959) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b> Promotor público da comarca de Magé (1931), procurador dos feitos da Fazenda (1947) e procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro (1948). Foi também corregedor-geral da Justiça Eleitoral (1957), vice-presidente (1958) e presidente (1959-1960) do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Aposentou-se em 1977. |

<sup>6</sup> COM VENCIMENTOS INTEGRAIS, EM NOVEMBRO DO REFERIDO ANO.

<sup>7</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES                   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Luciano Alvares Ferreira da Silva | 1954  | 1963<br>(Aposentadoria) | 1893 – RJ                 | 1979        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1958) e presidente (1960) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Promotor público da comarca de Santa Maria Madalena (1918), juiz de direito das comarcas de Rio Claro (1931), Santa Maria Madalena (1931), São Francisco de Paula (1931), atual Trajano de Moraes, e Vassouras (1936). Foi também juiz da 15ª Zona Eleitoral (1936) do estado do Rio de Janeiro. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Vassouras.</p> |

| DESEMBARGADORES              | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------------|-------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------|--|
| Nestor Rodrigues Perlingeiro | 1955  | 1964<br>(Falecimento) | 1906 – RJ                 | 1964 – Rio de Janeiro (cidade) | <p><b>Vice-presidente (1960) e presidente (1961) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</b></p> <p>Promotor público em Cambuci, suplente de juiz de direito (1939) e juiz substituto (1940) de Santo Antonio de Pádua, pretor do termo de Trajano de Moraes (1941), juiz de direito das comarcas de São Fidélis (1942) e Barra Mansa (1948), juiz substituto de Niterói (1951), juiz de menores de Niterói e São Gonçalo (1951), da 2ª Vara Criminal de Niterói (1953), e da Vara dos Feitos da Fazenda (1953). Foi também membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1957), do qual foi vice-presidente e presidente (1960). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói, e, em 1979, ao Fórum da comarca de Laje do Muriaé.</p> |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| Sylvio Valdetaro Coimbra | 1955  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1890 – Rio de Janeiro (cidade) | 1965        | Promotor público das comarcas de Santo Antônio de Pádua (1912), Cabo Frio (1923), Maricá (1924) e Barra do Pirai (1925), juiz de direito das comarcas de Rio Claro (1936), Pirai (1937) e Campos (Vara Criminal – 1955). Homenageado, em 1971, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Pirai. |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|-------------------------|-----------------------------------|-------------|--|
| Cyro Olympio da Matta | 1955  | 1955<br>(Aposentadoria) | 1887 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 1967        | Coletor das rendas estaduais em São Gonçalo (1921), promotor público de Araruama (1922), Paraíba do Sul (1927), Itaboraí (1930) e Barra Mansa, juiz de direito das comarcas de Duas Barras (1936), Itaguai (1938), Barra do Pirai (1941), Niterói (2ª Vara Criminal – 1952 e 1953), São João de Meriti (1953), e da Vara dos Feitos da Fazenda (1953). Foi também membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1954). Homenageado, em 1974, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Itaguai. |

| DESEMBARGADORES                 | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------------|-------|----------------------|---------------------------|-------------|---|
| Achilles Carreira Lassance      | 1956  | ...                  | 1893 – CE                 | 1976        | Promotor público da comarca de Carmo (1921), juiz municipal do termo de Santana de Japuiba (1926), atual Cachoeiras de Macacu, juiz de direito das comarcas de Santana de Japuiba (1929), Resende (1939), Itaocara (1940) e Macaé (1952), juiz de menores de Niterói e São Gonçalo (1953), e juiz de direito da 3ª Vara Cível da comarca de Niterói (1954).   |
| Gastão de Castro Pache de Faria | 1956  | 1962 (Aposentadoria) | 1892 – RJ                 | 1966        | <b>Corregedor-geral da Justiça (1960), vice-presidente (1961) e presidente (1962) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Promotor público das comarcas de Itaperuna (1918) e São Fidélis (1920), juiz municipal do termo de Barra de São João (1926), atual Casimiro de Abreu, juiz de direito das comarcas de Barra de São João (1929), Itaboraí (1931) e Niterói (juiz substituto – 1941; 2ª Vara Cível – 1952). Foi também presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1958-1965). |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|---|
| Orlando Carlos da Silva  | 1956  | 1960<br>(Aposentadoria) | 1890 – PA                      | ...         | Promotor público da comarca de Carmo (1931), juiz de direito das comarcas de São João Marcos (1936), no atual município de Rio Claro, São Fidélis (1939), Resende (1940), Barra do Pirai (1947) e Niterói (Juiz substituto – 1948), juiz dos feitos da Fazenda Pública (1948), e juiz de direito da comarca de Petrópolis (1953). Foi também professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis, membro fundador da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954) e presidente da Academia Petropolitana de Letras (1962). É de sua autoria a obra: <i>O que você precisa saber de herança</i> (1975). |
| Braulio de Castro Guidão | 1956  | 1956<br>(Aposentadoria) | 1886 – Rio de Janeiro (cidade) | 1968        | Promotor público de Itaguai (1924) e Angra dos Reis (1929), juiz de direito das comarcas de Rio Claro (1937), Magé (1938) e Niterói (2ª Vara Criminal – 1954), e da Vara de Menores (1956).   |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------|-------|------------------|---------------------------|-------------|--|
| Oswaldo Rodrigues Lima | 1957  | 1957             | 1896 – RJ                 | 1969        | Promotor público das comarcas de Pirai (1921), Resende (1930), Vassouras (1931) e Nova Iguaçu (1936), juiz de direito das comarcas de Paraty (1937), Capivari (1938), Teresópolis (1941) e Barra Mansa (1952). |

| DESEMBARGADORES    | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Luiz Miguel Pinaud | 1957  | 1965<br>(Aposentadoria) | 1897 – Niterói (RJ)       | 1973        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1961), vice-presidente (1962) e presidente (1962) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>No estado de Minas Gerais, foi delegado de polícia de Rio Preto (1920), e, no do Rio de Janeiro, delegado da 8ª Região Policial (Paraíba do Sul – 1929), oficial de gabinete do chefe de polícia (1930), juiz de direito das comarcas de Paraty (1930), Duas Barras (1931), Bom Jardim (1931), Nova Friburgo (1940), Nova Iguaçu (Vara Cível – 1940), Duque de Caxias (1944), Niterói (Vara Criminal – 1950; 1ª Vara Cível – 1954). Foi também governador interino do estado do Rio de Janeiro (1962). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói.</p> |

| DESEMBARGADORES     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE          | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------|-------|-----------------------|------------------------------------|-------------|---|
| José Navega Cretton | 1957  | 1969<br>(Falecimento) | 1904 – Santo Antônio de Pádua (RJ) | 1969        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1962), vice-presidente (1962) e presidente (1963) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Promotor público das comarcas de Capivari (1936), no atual município de Silva Jardim, Santo Antônio de Pádua (1938) e Campos (1943), juiz de direito das comarcas de Miracema (1947), Itaperuna (1948), Duque de Caxias (1951), Niterói (Vara de Menores – 1954; 2ª Vara Criminal – 1954), e juiz dos feitos da Fazenda Pública. Na mesma unidade federativa, foi juiz da 24ª Zona Eleitoral (1954), corregedor-geral da Justiça Eleitoral (1958-1959), vice-presidente (1960-1961) e presidente (1961-1962) do Tribunal Regional Eleitoral, e grão-mestre das Grandes Lojas (maçonaria). Homenageado com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Miracema.</p> |

| DESEMBARGADORES                     | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------------------|-------|-------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Braz Felício Panza                  | 1958  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1901- MG                  | 1970 – Niterói (RJ) | Corregedor-geral da Justiça (1962), vice-presidente (1963) e presidente (1964) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro, foi conselheiro e presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), presidente do Conselho Penitenciário, e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1964-1965). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói, e, em 1974, ao Fórum da comarca de Cachoeiras de Macacu. |
| José Augusto Coelho da Rocha Junior | 1958  | 1958<br>(Aposentadoria) | 1900 – RJ                 | ...                 | Inspetor escolar (1924), promotor público de Itaboraí (1926), juiz de direito das comarcas de São João Marcos (1930), São Fidélis (1931 e 1933), São João da Barra (1931), e Rio Bonito (1933). Homenageado com a atribuição de seu nome a uma escola municipal de Rio Bonito.  |

| DESEMBARGADORES             | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------------|-------|---|--------------------------------|-------------|--|
| Saulo Itabaiana de Oliveira | 1959  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>8</sup> | 1910 – Rio de Janeiro (cidade) | 1993        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1963), vice-presidente (1964) e presidente (1965) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Oficial do Departamento do Interior e Justiça (1936), promotor de justiça das comarcas de Santa Maria Madalena (1936), Duas Barras (1937) e Bom Jardim (1939), juiz de direito das comarcas de Itaperuna (1942), Campos (Vara Criminal – 1947) e Niterói (Juízo de Menores – 1954; 1ª Vara Criminal – 1955; e 3ª Vara Cível – 1955).</p> <p>Na mesma unidade federativa, foi também juiz eleitoral (1951), corregedor-geral da Justiça Eleitoral (1962) e vice-presidente (1963) do Tribunal Regional Eleitoral, e presidente (1966-1967) da Associação dos Magistrados Fluminenses. Aposentou-se em 1979.</p> |

<sup>8</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES      | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Ary Penna Fontenelle | 1959  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1899- Paraíba do Sul (RJ) | 1981        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1964), vice-presidente (1965) e presidente (1966) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Delegado da 1ª Circunscrição Policial (Niterói – 1925), diretor da Fazenda da Prefeitura de Niterói (1925), promotor público das comarcas de Barra Mansa (1926), Barra do Piraí (1936) e Rio Claro (1937), juiz de direito das comarcas de Angra dos Reis (1945), Resende (1948), Barra do Piraí (1952), Duque de Caxias (1954), Campos (1ª Vara Cível – 1956) e Barra Mansa (1957). Foi também presidente (1966) do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Homenageado, em 2005, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Barra Mansa.</p> |

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Jacinto Lopes Martins | 1960  | 1974<br>(Aposentadoria) | 1904 – Cantagalo (RJ)     | ...         | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1965), vice-presidente (1966) e presidente (1967) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Juiz suplente (1932) da comarca de Niterói, juiz substituto das comarcas de Niterói (3ª Vara Criminal – 1936) e Nova Iguaçu (Vara Criminal – 1939), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1940), São Fidélis (1941) e Campos (Vara Criminal – 1942; 2ª Vara Cível – 1946). Foi também membro fundador da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954).</p> |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------|-------|------------------|---------------------------|-------------|--|
| Armando Prestes de Menezes | 1961  | 1961             | 1910 – RJ                 | 1979        | Pretor dos termos de São Sebastião do Alto (1939), Duas Barras (1940) e Bom Jesus do Itabapoana (1943), juiz de direito das comarcas de Bom Jesus do Itabapoana (1944), Cambuci (1944), Paraíba do Sul (1946), Angra dos Reis (1948), São João da Barra (1949), Carmo (1950), Itaperuna (1952), Resende (1952), Teresópolis (1953), e Campos (Vara Criminal – 1957), juiz da Vara dos Feitos da Fazenda (1957) e da Vara de Menores de Niterói (1957). |

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE      | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------|-------|-------------------------|--------------------------------|-------------|--|
| Durval Passos de Mello | 1961  | 1961<br>(Aposentadoria) | 1902 – Rio de Janeiro (cidade) | 1967        | Promotor público das comarcas de Sapucaia (1929), Rio Claro (1937) e Itaocara (1938), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1943), Valença (1944), Campos (1956), e Niterói (Vara de Menores – 1956; 1ª Vara Criminal – 1957). Foi também membro fundador da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954). |

| DESEMBARGADORES   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------|-------|---|---------------------------|---------------------|---|
| Moacyr Braga Land | 1962  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>9</sup> | 1911 – Cantagalo (RJ)     | 1985 – Niterói (RJ) | <b>Corregedor-geral da Justiça (1966), vice-presidente (1967) e presidente (1968) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Tabelião e escrivão do 2º ofício de Vassouras (1936), substituto de curador de menores (1939), pretor dos termos judiciários de Saquarema (1939) e Cachoeiras (1940), atual Cachoeiras de Macacu, juiz de direito das comarcas de Trajano de Moraes (1945), São João da Barra (1946), Campos (1ª Vara Cível – 1949) e Niterói (1ª Vara Criminal – 1956; 1ª Vara Cível – 1957). |

| DESEMBARGADORES   | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO  | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-------------------|-------|---|---------------------------|---------------------|--|
| Moacyr Braga Land | 1962  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>9</sup> | 1911 – Cantagalo (RJ)     | 1985 – Niterói (RJ) | Foi também campeão de natação pelo Sport Club Fluminense e jogador de futebol do Canto do Rio, membro do Conselho de Justiça da Federação Brasileira de Football (FBF), eleito em 1938 e 1940, presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Oscar de Macedo Soares (1940), vice-presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1962), da qual foi ainda presidente do Conselho Deliberativo (1965), presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1968) e do Conselho Fiscal da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ASPERJ), eleito para o triênio 1978-1980. Aposentou-se em 1981. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói. |

<sup>9</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------|-------|---|---------------------------|-------------|---|
| José Pellini    | 1963  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>10</sup> | 1905- Resende (RJ)        | 1982        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1967), vice-presidente (1968) e presidente (1969) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Secretário da Prefeitura de Petrópolis (1932), oficial de Gabinete do chefe de Polícia (1937), 1º suplente do juiz de direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Niterói (1938), pretor dos termos de Entre Rios (1939) e Mangaratiba (1940), juiz de direito das comarcas de Itaverá (1945), Barra do Pirai (1948), Nova Iguaçu (1952) e Niterói (2ª Vara Cível – 1956). Foi também presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1970) e da Associação dos Magistrados Fluminenses (1968-1971). Aposentou-se em 1975.</p> |

<sup>10</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Alcides Carlos Ventura | 1963  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>11</sup> | 1910 – Cantagalo (RJ)     | 1981        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1968), vice-presidente (1969) e presidente (1970) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Juiz temporário substituto da comarca de Cantagalo (1942), promotor de justiça da comarca de Carmo (1946), juiz de direito das comarcas de Carmo (1952), Resende (1954), Nilópolis (1955), Petrópolis (2ª Vara – 1957) e Niterói (3ª Vara Cível – 1959). Foi também servidor do Ministério da Educação e Saúde, juiz da 24ª Zona Eleitoral (1960), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1971-1972). Aposentou-se em 1980. Homenageado com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Nilópolis.</p> |

<sup>11</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                        | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------|-------|---|-----------------------------------|-------------|--|
| Enéas Marzano   | 1964  | 1975<br>(Disponibilidade) <sup>12</sup> | 1917 – Rio de Janeiro<br>(cidade) | 2006        | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1969), vice-presidente (1970) e presidente (1971) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Promotor de justiça substituído nas comarcas de Friburgo e Petrópolis (1948-1951), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1952), Itaboraí (1956), Itaperuna (1957) e Nova Iguaçu (1957). Em 1979, foi provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, onde se aposentou em 1987. Foi também presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (1972-1973) e do Tribunal Regional Eleitoral (1974), membro da Comissão da Reforma da Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (1985), membro do Conselho Estadual de Cultura, professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, e diretor do Instituto dos Advogados do Brasil (1988). Homenageado, em 2009, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Niterói.</p> |

<sup>12</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO            | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------|-------|--|---------------------------|------------------------|--|
| Antonio Neder   | 1964  | 1964<br>(Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos) | 1911 – Pirapetinga (MG)   | 2003 – Petrópolis (RJ) | Promotor de justiça da comarca de Teresópolis (1938), pretor dos termos de Sumidouro (1939) e Mangaratiba (1940), juiz de direito das comarcas de Carmo (1946), Nova Friburgo (1950), Campos (1956) e Petrópolis (1ª Vara – 1956). Foi também professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, membro do Conselho da Justiça Federal e corregedor da Justiça Federal de 1ª instância (1967-1969), membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (1969-1971), diretor da <i>Revista do Tribunal Federal de Recursos</i> (1969), ministro do Supremo Tribunal Federal (1971), onde foi vice-presidente (1978) e presidente (1979-1981). Aposentou-se em 1981. |

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------|-------|--|---------------------------|---------------------|--|
| Amaro Martins de Almeida | 1964  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>13</sup> | 1914 – Itaperuna (RJ)     | 1998 – Niterói (RJ) | Corregedor-geral da Justiça (1970), vice-presidente (1971) e presidente (1972) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Escrevente e escrivão do Judiciário fluminense (1932), promotor de justiça das comarcas de São João da Barra (1946) e Barra Mansa (1948), juiz de direito das comarcas de Bom Jesus do Itabapoana (1952), Macaé (1954), Duque de Caxias (1954) e Campos (Vara Criminal – 1957; 1ª Vara Cível – 1957). |

<sup>13</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|--------------------------|-------|--|---------------------------|---------------------|---|
| Amaro Martins de Almeida | 1964  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>13</sup> | 1914 – Itaperuna (RJ)     | 1998 – Niterói (RJ) | Foi também juiz da 8ª Zona Eleitoral (1961), membro da Comissão do Fundo Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (1968) e do Conselho de Justiça (1971) do Tribunal de Justiça, presidente da Comissão Supervisora das Atividades da Biblioteca do atual Tribunal de Justiça (1975), membro da Comissão encarregada da elaboração do Livro II do Código de Organização Judiciária, do atual Estado do Rio de Janeiro, presidente interino do Tribunal Regional Eleitoral (1978), professor da Faculdade de Direito de Campos, membro fundador da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954) e membro da Academia Bom-Jesuense de Letras. Aposentou-se em 1984. São de sua autoria as obras: <i>Fazenda de Belém</i> (1989), <i>A escola da vida</i> (1992) e <i>Valeu a pena</i> (1993). Homenageado, em 2003, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Itaperuna. |

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO      | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|---------------------------|-------|-----------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Admario Alves de Mendonça | 1965  | 1969<br>(Falecimento) | 1910 – RJ                 | 1969 – Niterói (RJ) | No estado do Rio de Janeiro, foi oficial de gabinete do chefe de polícia (1938), delegado da 8ª Região Policial (1939), com sede em Barra do Pirai, chefe do gabinete do secretário de Segurança Pública (1945), diretor do Instituto de Polícia Técnica (1946), corregedor de polícia (1948), juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1952), Magé (1954), Vassouras (1954), Nova Iguaçu (1956), São Gonçalo (1ª Vara – 1957) e Niterói (Vara de Menores – 1961; 3ª Vara Cível – 1963). Na mesma unidade federativa, foi também membro fundador da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954) e do Conselho Diretor da Fundação de Amparo, Recuperação e Integração Social (1961), um dos fundadores da Liga Desportiva de Barra do Pirai, e integrante da Comissão do Tribunal Regional Eleitoral, encarregada de estudos sobre reforma eleitoral para o Tribunal Superior Eleitoral (1964). Homenageado, em 1970, com a atribuição de seu nome ao antigo prédio do Fórum da comarca de Rio Bonito. |

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|---|
| Geraldo Toledo  | 1965  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1910 – MG                 | 1975        | No estado de Minas Gerais, foi promotor público na comarca de Andradas, e no do Rio de Janeiro, delegado da 5ª Região Policial (1939), com sede em Nova Friburgo, adjunto de promotor público (1939), pretor dos termos de Saquarema (1940) e Itaboraí (1941), juiz de direito das comarcas de Trajano de Moraes (1946), Cantagalo (1950 e 1952), São Fidélis (1952), Barra do Piraí (1953), São João de Meriti (1954), São Gonçalo (2ª Vara Criminal – 1957), Niterói (1ª Vara Criminal – 1957), e juiz da Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1957). Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades de Niterói e São João de Meriti, e em 2006, ao Fórum da comarca de Trajano de Moraes. |

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|---------------------|--|
| Jalmir Gonçalves da Fonte | 1968  | 1975 (Disponibilidade) <sup>14</sup> | 1913 – Niterói (RJ)       | 1992 – Niterói (RJ) | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1971), vice-presidente (1972) e presidente (1973) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b></p> <p>Promotor público da comarca de Pirai, suplente dos juízes de direito das comarcas de Capivari (1936), no atual município de Silva Jardim, e Niterói (2ª Vara Cível – 1939), juiz substituto temporário da comarca de Nova Iguaçu (Vara Cível – 1940; Vara Criminal – 1940), juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1956), Itaboraí (1957), Três Rios (1959), São Gonçalo (1962) e Niterói (Vara de Menores – 1963). Em 1979, foi provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, onde se aposentou em 1983. Foi também conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seção do Estado do Rio de Janeiro (1949) e no Conselho Federal (1955), professor de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), e vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1982). Homenageado, em 1995, com a atribuição de seu nome ao Antigo Palácio da Justiça de Niterói, que abrigava o Fórum da comarca à época.</p> |

<sup>14</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO        | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|-----------------|-------|-------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Paulo Castilho  | 1968  | 1969<br>(Aposentadoria) | 1913 – RJ                 | 1993        | Delegado de polícia de Nova Friburgo (1937), Iguazu (1938), Paraíba do Sul (1938) e Angra dos Reis (1938), pretor dos termos de Rio Claro (1939) e Duas Barras (1945), juiz de direito das comarcas de Bom Jesus do Itabapoana, Angra dos Reis (1949), Itaverá (1951), São Fidélis (1953), Macaé (1953), Barra do Piraí (1954), Campos (Vara Criminal – 1957), São Gonçalo (2ª Vara – 1957) e Petrópolis (2ª Vara – 1959). |

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE          | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|----------------------------|-------|--|------------------------------------|-------------|---|
| Plínio Pinto Coelho        | 1968  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>15</sup> | 1912 – Santo Antônio de Pádua (RJ) | 1998        | <b>Corregedor-geral da Justiça (1972), vice-presidente (1973) e presidente (1974) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Substituto de promotor de justiça (1940), juiz de direito das comarcas de Santa Maria Madalena (1953), Miracema (1954), Santo Antônio de Pádua (1956), Teresópolis (1957), Barra Mansa (1959), Campos (1961), Nova Iguaçu (1961), São Gonçalo (1961) e Niterói (4ª Vara Cível – 1962). Foi também presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1981-1982). Aposentou-se em 1982. Homenageado com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Santo Antônio de Pádua. |
| Luiz Henrique Steele Filho | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>16</sup> | 1916 – RJ                          | 2003        | <b>Corregedor-geral da Justiça (1973), vice-presidente (1974) e presidente (1975) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</b><br>Subdelegado e delegado de polícia (1939) no município de Rio Claro, titular da Delegacia de Costumes, Jogos e Diversões (1945), em Niterói,  |

<sup>15</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Luiz Henrique Steele Filho | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>16</sup> | 1916 – RJ                 | 2003        | chefe da Divisão de Ordem Política e Social (1947), chefe de gabinete do secretário de Estado de Segurança Pública (1947), corregedor de Polícia (1948), e integrante da 3ª Região Policial (1948), advogado do Estado (1949), juiz de direito das comarcas de Itaocara (1952), Itaverá (1953), Piraí (1955), Teresópolis (1955), Nilópolis (1957), Campos (Vara Criminal – 1957), São Gonçalo (2ª Vara – 1959) e Niterói (2ª Vara Cível – 1963), e substituto de desembargador (1968). Foi ainda campeão da travessia a nado da Baía de Guanabara (1935), professor da Faculdade de Direito de Niterói, membro fundador e redator dos estatutos da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954), da qual foi presidente (1978-1985), juiz da 71ª Zona Eleitoral (1966), corregedor-geral da Justiça (1975-1976) do atual estado do Rio de Janeiro, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (1976-1977), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1983). Aposentou-se em 1985. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouro na cidade de Niterói. |

<sup>16</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES            | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|-------------|--|
| Synésio de Aquino Pinheiro | 1969  | 1975 (Disponibilidade) <sup>17</sup> | 1921                      | 2014        | Corregedor-geral da Justiça (1974) e vice-presidente (1975) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Promotor público em Itaperuna (1960). Provido, mediante aproveitamento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro, veio a ser eleito corregedor-geral da Justiça (1985-1986). Aposentou-se em 1991. |

<sup>17</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES                  | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO            | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|----------------------------------|-------|--|---------------------------|------------------------|--|
| Felisberto Monteiro Ribeiro Neto | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>18</sup> | 1917 – Miracema (RJ)      | 2001 – Petrópolis (RJ) | <p><b>Corregedor-geral da Justiça (1975) do estado do Rio de Janeiro.</b><br/> Substituto temporário de juiz de direito (1946) da comarca de Cambuci, juiz de direito das comarcas de Santa Maria Madalena (1952), Cantagalo (1953 e 1957), Itaperuna (1957), Campos (Vara Criminal – 1960; 2ª Vara Cível – 1960), e Petrópolis (1ª Vara Cível – 1962).<br/> Na mesma unidade federativa, foi também juiz da 9ª Zona Eleitoral (1962). No atual estado do Rio de Janeiro, foi vice-presidente (1979) e 1º vice-presidente (1979-1980) do Tribunal de Justiça, e vice-presidente (1983) do Tribunal Regional Eleitoral. Foi também professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, membro da Academia Petropolitana de Letras (Cadeira nº 18), da Academia Friburguense de Letras e da Academia Petropolitana de Letras Jurídicas.<br/> Aposentou-se em 1985. Homenageado, em 2002, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Petrópolis.</p> |

<sup>18</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES         | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO                     | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO         | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-------------------------|-------|--------------------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| José Argeu Cruz Barroso | 1969  | 1975 (Disponibilidade) <sup>19</sup> | 1912 – RJ                 | 1975 – Niterói (RJ) | Suplente de juiz de direito da comarca de São João da Barra (1938), substituto de promotor de justiça na comarca de Araruama (1939), adjunto de promotor de justiça nos termos de São Sebastião do Alto e São Pedro da Aldeia (1940-1943), pretor do termo de São Pedro da Aldeia (1942), juiz de direito das comarcas de Araruama (1952), Resende (1955), Campos (Vara Criminal – 1959), São Gonçalo (1960) e Niterói (1962). Foi ainda prefeito de Vassouras (1945) e membro da Comissão de Obras do novo Palácio da Justiça em Niterói (1975). |

<sup>19</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE.

| DESEMBARGADORES           | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO                    | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|---------------------------|-------|--|-----------------------------------|--------------------------------|--|
| Francisco Rangel de Abreu | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>20</sup> | 1913 – Campos dos Goytacazes (RJ) | 1990 – Rio de Janeiro (cidade) | Juiz de direito das comarcas de Porciúncula (1953), Bom Jesus do Itabapoana (1954), Barra do Piraí (1958), Campos (Vara Criminal – 1961), Niterói (1ª Vara de Família) e desembargador substituto (1968). No atual estado do Rio de Janeiro, elegeram-no 1º vice-presidente (1981-1982) e presidente (1982) do Tribunal de Justiça. Foi ainda professor da Faculdade de Direito de Barra Mansa e presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1972-1975). Aposentou-se em 1983. |

<sup>20</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES       | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE          | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|-----------------------|-------|--|------------------------------------|-------------|---|
| Romeu Rodrigues Silva | 1969  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>21</sup> | 1908 – Santo Antônio de Pádua (RJ) | 1983        | Secretário da Prefeitura de Campos (1936), professor da Faculdade Livre de Direito Clóvis Bevilacqua, da Universidade do Distrito Federal, do Instituto Católico e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, membro da Academia Fluminense de Letras, juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (1965), presidente do Projeto Rondon no Estado do Rio de Janeiro (1972), e membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (1981). |

<sup>21</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES          | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES  |
|--------------------------|-------|--|---------------------------|-------------|--|
| Roque Batista dos Santos | 1970  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>22</sup> | 1915 – Cambuci (RJ)       | 1985        | Delegado de polícia (1950), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1952), São Fidélis (1953), Barra do Piraí (1957), Nilópolis (1957), Nova Iguaçu (1ª Vara – 1960; 2ª Vara – 1960), São Gonçalo (1ª Vara – 1961) e Niterói (Vara de Menores – 1965). No atual estado do Rio de Janeiro, foi 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça (1981-1982) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1985). Foi também presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1976-1977). Homenageado, em 2011, com a atribuição de seu nome ao Fórum da comarca de Arraial do Cabo. |

<sup>22</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

| DESEMBARGADORES        | POSSE | FIM DO EXERCÍCIO   | NASCIMENTO – NATURALIDADE         | FALECIMENTO | OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES   |
|------------------------|-------|--|-----------------------------------|-------------|---|
| Décio Ferreira Cretton | 1974  | 1975<br>(Provido no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro) <sup>23</sup> | 1916 – Campos dos Goytacazes (RJ) | 2009        | Juiz de direito das comarcas de Miracema (1956), São João da Barra (1957), São Fidélis (1959), Barra Mansa (2ª Vara Criminal – 1962), Campos (3ª Vara Cível – 1962; 2ª Vara Cível – 1962), e desembargador substituto (1971). No atual estado do Rio de Janeiro, elegeram-no corregedor-geral da Justiça (1983-1984). Foi ainda professor catedrático e diretor do Colégio Estadual de Humanidades de Campos, diretor da Faculdade de Direito de Campos, do Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert, professor de Geografia, diretor do Ginásio São Fidélis, e 1º vice-presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1982). Aposentou-se em 1986. |

<sup>23</sup> COM A FUSÃO DOS ANTIGOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA GUANABARA E A EXTINÇÃO DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE E IMEDIATAMENTE PROVIDO NO CARGO DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO, MEDIANTE APROVEITAMENTO.

**BIBLIOGRAFIA E FONTES**  
**ÍNDICE ONOMÁSTICO**

# BIBLIOGRAFIA E FONTES

## **ACERVO SOB A GUARDA DO MUSEU DA JUSTIÇA – CENTRO CULTURAL DO PODER JUDICIÁRIO**

Assentamentos funcionais de juízes  
substitutos do Tribunal de Justiça do Distrito  
Federal: 1946 – 1948.

Assentamentos funcionais de magistrados:  
1926 – 1946.

Ata da Solenidade de Instalação do Tribunal  
de Alçada do Estado da Guanabara: 1964.

Atas das eleições para presidente  
e vice-presidente do Tribunal da Relação  
do Estado do Rio de Janeiro: 1891 – 1938.

Atas das Sessões do Tribunal de Apelação  
do Estado do Rio de Janeiro: 1945 – 1948.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno do  
Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara:  
1971 – 1974.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1943 – 1948.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1948 – 1951.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1951 – 1952.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1952 – 1956.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1961 – 1963.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1963 – 1965.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1964 – 1971

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1964 – 1971.

Atas das Sessões do Tribunal Pleno:  
1972 – 1975

Atas das Sessões: 1936 – 1939.

Atas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio  
de Janeiro: 1969 – 1972.

Atas do Tribunal Pleno: 1965 – 1969.

Atas do Tribunal Pleno: 1975 – 1978.

Livro de Registro de Compromisso  
de Magistrados: 1925 – 1941.

Livro de Registro de Correspondências do  
Tribunal de Apelação do Distrito Federal:  
1940 – 1942.

Livro de Registro de Nomeações de Suplentes  
e Magistrados: 1926 – 1940.

Livro de Registro de Posse de Presidentes do  
Tribunal de Alçada Cível: 1964 – 1996.

Livro de Registro de Termos de  
Compromisso de Magistrados: 1951 – 1975.

Livro de Registros das Listas de Antiguidades  
dos Juízes, Membros do Ministério Público  
e Funcionários Auxiliares da Justiça Local:  
1925 – 1948.

Livro de Registros de Correspondências da  
Secretaria da Corte de Apelação do Distrito  
Federal: 1915 – 1917.

Livro de Registros de Correspondências  
e folhas de pagamento do Tribunal de  
Apelação do Distrito Federal: 1939 – 1940.

Livro de Registros de Matrículas dos  
Primeiros Suplentes de Pretores: 1938.

Livro de Registros de Nomeações e Pedidos  
de Licença do Tribunal da Relação do Estado  
do Rio de Janeiro: 1931 – 1946.

Livro de Registros de Posses de Magistrados:  
1891 – 1974.

Livro de Registros de Termos de Compromisso dos Juizes de Direito, Pretores e Suplentes de Pretores da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1912 – 1925.

Livro de Registros de Termos de Posse de Presidentes: 1934 – 1973.

Livro de Registros de Termos de Posse de Vice-presidentes da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1930 – 1973.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Eloy Dias Teixeira ao Sr. Presidente do Estado Dr. Raul de Moraes Veiga: 1922.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré pelo Seu Presidente Desembargador Joaquim de Oliveira Machado Júnior: 1924.

Relatório do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: 1926 – 1928.

Relatório dos Trabalhos do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva pelo Seu Presidente Desembargador Antonio Soares de Pinho Júnior: 1929.

Revisão de Lista de Antiguidades dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: 1934 – 1961.

Sessões do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara: 1961 – 1963.

Termos de Posse de Corregedores: 1938 – 1973.

Termos de Posses de Juizes do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal: 1905 – 1912.

Termos de Posses de Juizes do Tribunal de Apelação do Distrito Federal: 1942 – 1959.

COELHO, Mauro Gouvêa. Depoimento concedido ao Programa de História Oral do Poder Judiciário, em 13 de dezembro de 2006.

PINHEIRO, Synésio de Aquino. Depoimento concedido ao Programa de História Oral do Poder Judiciário, em 12 de agosto de 1998.

TOSTES FILHO, Olavo. Depoimento concedido ao Programa de História Oral do Poder Judiciário, em 2 de agosto de 2000.

Exposição *Desembargador Oscar Tenório – Centenário de Nascimento* (2004).

Exposição *O Escultor da Justiça – Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira Filho* (2005).

Exposição *Mulher, Direito e Sociedade* (2013).

Departamento de Atendimento aos Magistrados. Of. SA/SUP/DAM n. 158/2000. Rio de Janeiro, 15 jun. 2000.

DGPES-DEAPS-DIMAG. Aposentadoria de Magistrados. Mensagem recebida por DGCON-DEGEN, em 30 de outubro de 2008.

RIO DE JANEIRO (Município).

Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011.

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas. Assentamentos individuais de magistrados. Cópia Impressa.

Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas. Falecidos: 2000 – 2010.

Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas. Histórico funcional. Lista de Falecidos. Relatório gerado em 11 de junho de 2010.

Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas. Histórico funcional. Nascimento/Naturalidade. Relatório gerado em 8 de abril de 2010.

Diretoria-Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON). Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) – 1º Trimestre 2005.

Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial. Livro de Atas do Tribunal Pleno (ATA 25): 1978-1981.

Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial. Livro de Atas do Tribunal Pleno (ATA 26): 1981-1983.

## **OUTROS DOCUMENTOS**

GUANABARA (Estado). Registro Civil das Pessoas Naturais. 5ª circunscrição: Lagoa e Gávea. Óbito nº 70.625. Edgard Ribas Carneiro. Cópia Digital.

GUANABARA. Juízo de Menores. Ofício nº 639/GAB de 2 de outubro de 1972. Alírio Cavalieri (Juiz de Menores) Destinatário: José Murta Ribeiro. Fotocópia.

## **LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Decreto de 17 de maio de 1954. *Diário Oficial da União*. 18 de maio de 1954, Seção I, p. 8954.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. *Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Decreto de 10 de dezembro de 1955. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1955, Seção I, pp. 22506 e 22507.

BRASIL. Decreto de 18 de agosto de 1941. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1941, seção I, p. 16428.

BRASIL. Decreto de 9 de julho de 1947.



*Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências.*  
Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 5 de maio de 1959. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1959, Seção I, p. 10708.

BRASIL. Comissão de Transferência de Servidores Federais. Relação do pessoal da Justiça do Distrito Federal, transferido ao Estado da Guanabara, nos termos da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960 (situação em 21-4-1960). Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 20 set. 1960, Seção I, Parte I, p. 18.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1960, Seção I, Parte I, p. 18.

NITERÓI (Município). Lei nº 2.962, de 11

de junho de 2012. *Passa a denominar-se Rua Desembargador Luiz Henrique Steele Filho a Rua 08, Jardim Fazendinha, Engenho do Mato.*  
Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2012/297/2962/lei-ordinaria-n-2962-2012-passa-a-denominar-se-rua-desembargador-luiz-henrique-steele-filho-a-rua-08-jardim-fazendinha-engenho-do-mato>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NITERÓI (Município). Resolução nº 657, de 14 de janeiro de 1972. *Denomina de Rua Desembargador Diniz do Vale a atual Travessa Cinco de Julho, com acesso pela Travessa Santa Marta, em Santa Rosa.*  
Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/resolucao/1972/66/657/resolucao-n-657-1972-denomina-de-rua-desembargador-diniz-do-vale-a-atual-travessa-cinco-de-julho-com-acesso-pela-travessa-santa-marta-em-santa-rosa?q=Rua%20Desembargador>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

NITERÓI (Município). Resolução nº 745, de 10 de agosto de 1973. *Concede ao Desembargador Moacyr Braga*

*Land o Título de Cidadão Niteroiense.*

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/resolucao/1973/75/745/resolucao-n-745-1973-concede-ao-desembargador-moacyr-braga-land-o-titulo-de-cidadao-niteroiense?q=Braga+Land>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 1 de 15 de março de 1975. *Prover cargos de desembargador efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.* Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/89545/decreto-1-75>>. Acesso em: 16 out. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-Lei nº 3 de 15 de março de 1975. *Dispõe sobre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, fixa o número de seus desembargadores, estabelece os critérios para sua escolha e dá outras providências.* Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/e00625242f74e100032569bb0074c7c1/a9dc9190b8448a1703256afe0072d8ed?OpenDocument>>. Acesso em: 16 out. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 272, de 7 de novembro de 1979. *Altera dispositivos do Código de Organização Judiciária, cria cargos no Poder Judiciário e dá outras providências.* Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/5ba2f38cb1a32a2e032565ae0069db94?OpenDocument>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Resolução nº 11, de 25 de setembro de 2003. *Denomina Fórum Desembargador Ivair Nogueira Itagiba o novo prédio do Fórum da Comarca de Macaé.* Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 5.153, de 18 de junho de 1985. *Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas que menciona, situadas no Bairro do Itanhangá, na XXIV Administração Regional – Barra da Tijuca.* Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/>

rio-de-janeiro/decreto/1985/516/5153/decreto-n-5153-1985-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais- aprovadas-as-ruas-que-menciona- situadas-no-bairro-do-itanhanga-na- xxiv-administracao-regional-barra-da- tijuca?q=carlos%20Luiz%20Bandeira%20 stampa. Acesso em: 5 ago. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 1.624, de 7 de julho de 1978. *Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas, a travessa e os prolongamentos que menciona, situados na XVI Região Administrativa – Jacarepaguá*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1978/163/1624/decreto-n-1624-1978-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais-aprovadas-as-ruas-a-travessa-e-os-prolongamentos-que-menciona-situados-na-xvi-regiao-administrativa-jacarepagua?q=Decreto>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 1.978, de 22 de janeiro de 1979. Disponível em: <<http://ruas.rio/servicosonline/consulta.php>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 3.331 de 30 de novembro de 1981. *Reconhece condicionalmente como logradouro público da Cidade do Rio de Janeiro, com de nomeação aprovada a RUA AGENOR RABELLO (Agenor Ferreira Rabello – Desembargador) (A.J.), situada na XXIV Região Administrativa – Barra da Tijuca*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1981/334/3331/decreto-n-3331-1981-reconhece-condicionalmente-como-logradouro-publico-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-de-nominacao-aprovada-a-rua-agenor-rabello-agenor-ferreira-rabello-desembargador-aj-situada-na-xxiv-regiao-administrativa-barra-da-tijuca>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 5.078, de 7 de maio de 1985. *Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas e a praça que menciona, situadas no bairro da Barra da Tijuca, XXIV Administração Regional – Barra da Tijuca*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1985/508/5078/decreto-n-5078-1985-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais-aprovadas-as-ruas-e-a-praca-que-menciona-situadas-no-bairro-da-barra-da-tijuca-xxiv-administracao-regional-barra-da-tijuca?q=Nelson%20Ribeiro>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 5.214, de 11 de julho de 1985. *Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas e as praças que menciona, situadas no Bairro da Barra da Tijuca, na XXIV Administração Regional – Barra da Tijuca*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1985/522/5214/>

[decreto-n-5214-1985-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais-aprovadas-as-ruas-e-as-pracas-que-menciona-situadas-no-bairro-da-barra-da-tijuca-xxiv-administracao-regional-barra-da-tijuca?q=5214](https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto-n-5214-1985-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais-aprovadas-as-ruas-e-as-pracas-que-menciona-situadas-no-bairro-da-barra-da-tijuca-xxiv-administracao-regional-barra-da-tijuca?q=5214). Acesso em: 14 jan. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 450, de 28 de novembro de 1983. *Dá o nome de Desembargador Carlos Luiz Bandeira Stampa a um logradouro público no município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1983/45/450/lei-ordinaria-n-450-1983-da-o-nome-de-desembargador-carlos-luiz-bandeira-stampa-a-um-logradouro-publico-do-municipio-do-rio-de-janeiro?q=carlos%20Luiz%20Bandeira%20stampa>. Acesso em: 5 ago. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 828, de 27 de janeiro de 1977. *Reconhece como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas que menciona, situadas na XVI Região*

*Administrativa – Jacarepaguá*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1977/82/828/decreto-n-828-1977-reconhece-como-logradouros-publicos-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-denominacoes-oficiais-aprovadas-as-ruas-que-menciona-situadas-na-xvi-regiao-administrativa-jacarepagua>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). Ato Executivo nº 12 em 31 de março de 1975. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ)*. Parte III. Março de 1975.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). Lista de Antiguidade dos Desembargadores – até 31 de dezembro de 1971. *Diário Oficial do Estado da Guanabara* – Parte III – Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). Portaria nº 12, de 3 de julho de 1972. *Dispõe sobre a constituição da Comissão para organização do Sistema de Microfilmagem do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara e dá outras providências*. Disponível em:

<<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 1 out. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Lista de Antiguidade dos Desembargadores até dezembro de 1977. Departamento de Pessoal-Divisão de cadastro. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ)*. Rio de Janeiro, 08 de maio de 197. Parte III. Nº 788.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Ato Executivo nº 25/1985. *Designa os membros integrantes da Comissão da Revista de Jurisprudência deste Tribunal*. Disponível em: [http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=134131&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=134131&integra=1). Acesso em: 26 nov. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Ato Executivo nº 46/75. *Altera dispositivos da Portaria TJ nº 12/72 para inclusão de membro da Comissão Supervisora do Sistema de Microfilmagem, como Presidente*. Disponível em: [http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=134022&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=134022&integra=1). Acesso em: 26 nov. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Ato Executivo nº 88/1985. *Altera a composição da Comissão da Revista de Jurisprudência*. Disponível em: [http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=134079&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=134079&integra=1). Acesso em: 26 nov. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Ato SN10, de 2 de fevereiro de 1981. *Apresentação do Relatório da Presidência do Tribunal de Justiça, das atividades judicantes e administrativas, no período de 01/01 a 31/12/80*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 17 jun. 2020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Lista de Antiguidade dos Desembargadores até 31/12/1977. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1978. Parte III.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Lista de Antiguidade dos Desembargadores, até 31 de dezembro de 1978. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1979, parte III, p. 2.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Órgão Especial. Resolução nº 30 de 2002. *Dá nome ao prédio onde se encontra instalado o Fórum Regional de Jacarepaguá e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=140030&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140030&integra=1)>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (Guanabara). Resolução nº 11 de 19 de agosto de 1963. *Cria o Centro de Estudos Políticos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara*. Disponível em: <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=122721&integra=1](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=122721&integra=1)>. Acesso em: 6 ago. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução nº 45, de 13 de maio de 1975. *Dispõe sobre a composição da Comissão Supervisora das Atividades da Biblioteca*. Publicado em 20/03/1975. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ nº 15, de 3 de agosto de 1995. *O Fórum da comarca de Niterói passa a denominar-se “Fórum Desembargador Jalmir Gonçalves da Fonte”*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 1 de 12 de janeiro de 2009: *Nomeia o novo prédio do Fórum da Comarca de Niterói “Fórum Desembargador Enéas Marzano”*. Disponível em: <[http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo\\_sophia=140244](http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140244)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 14, de 10 de setembro de 2002. *Denomina o Fórum Regional da Ilha do Governador de “Fórum Ministro José de Aguiar Dias”*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/biblioteca/imagens/2002/0051/000015/20020051000015001.jpg>>. Acesso em: 28 set. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 19, de 12 de novembro de 2002. *Denomina o Fórum da Comarca de Petrópolis de Fórum Desembargador Felisberto Monteiro Ribeiro Neto*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/biblioteca/imagens/2002/0051/000019/20020051000019001.jpg>>. Acesso em: 16 ju. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 29, de 19 de dezembro de 2002. *Dá nome ao prédio onde se encontra instalado o Fórum Regional da Leopoldina e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/biblioteca/imagens/2002/0051/000029/20020051000029001.jpg>>. Acesso em: 1 out. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 5, de 12 de junho de 2003. *Dá ao novo prédio do Fórum da comarca de Itaperuna, localizado naquele município, o nome de “Fórum Desembargador Amaro Martins de Almeida”*. Disponível em:

<<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Resolução TJ/OE nº 7, de 3 de maio de 2007. *Reconduz ao Fórum de São João de Meriti o nome de “Fórum Desembargador Adherbal de Oliveira”*. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

VASSOURAS (Município). Lei Ordinária nº 1.372, de 30 de dezembro de 1987. *Dá denominação de Rua Desembargador Luciano Alvares à atual Rua Coronel Manoel Bernardes*. Disponível em: <<https://sapl.vassouras.rj.leg.br/norma/1040>>. Acesso em: 7 mai. 2020.

## **BIBLIOGRAFIA**

*A TOGA e a lira: coletânea poética.* Rio de Janeiro: Record, 1985.

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: interior.* Rio de Janeiro: A. I. da Costa, 2009.

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: capital.* Rio de Janeiro: A. I. da Costa, 2008.

ABREU, Antonio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano.* Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007.

ALBUQUERQUE, Cássia Carauto et al. *Os Cavalcantis: na Itália, no Brasil.* Edições do Jardim da Casa, 2011.

ALONSO, Paulo. Discurso de saudação proferido por ocasião da posse do Desembargador Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior. In: *Revista*

*de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.* Rio de Janeiro, v. 10, n. 25, p.574-579, maio/set. 1971.

BRASIL (Ministério da Justiça). Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. *Cadastro da Magistratura e do Ministério Público – XV – Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

BRASIL. [Superior Tribunal de Justiça]. *Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TFR e STJ.* Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1997, v. 22, p. 33.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. Affonso Penna Junior em 1926.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório Apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo*

*ministro da Justiça e Negócios Interiores dr. João Luiz Alves* – Junho de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

COSTA, Edgard. *Efemérides Judiciárias*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

DESEMBARGADOR Frederico Sussekind. *Revista Eleitoral*, Rio de Janeiro, ano 3, v. 8, n. 1/2, jan./fev. 1954. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4545>. Acesso em: 26 fev. 2021,

DOLINGER, Jacob. Oscar Tenório – vida e obra. In: *Estudos jurídicos em homenagem ao professor Oscar Tenório*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1977, p. 12.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro: três décadas de história*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Alçada Cível: CEDES, 1994, página 98.

MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde sua fundação no ano de 1828, até o ano de 1931, em Olinda*. Recife: Typ. Diário da Manhã, 1931.

MELLO, Diogo Cabral de. (Org.). *Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife*. (Em continuação). De junho de 1931 a dezembro de 1941. Recife: Escola Técnica do Recife, Seção de Artes Gráficas, 1941. Disponível em: <[https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29908/5/321010%20-%208906312%20-%20Lista%20Geral%20de%20Bachareis%20e%20Doutores%201931\\_1941-compressed.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29908/5/321010%20-%208906312%20-%20Lista%20Geral%20de%20Bachareis%20e%20Doutores%201931_1941-compressed.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2020.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz. *Tijuca, de rua em rua*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

PINHO, Antônio Paulo Soares. *Posse na vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Gráfica Falcão, 1976.

PRATES, Lincoln. Memória Histórica (Ano de 1929). In: *Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal de Minas Gerais*. V. 11 (1929), pp. 66, 67. Disponível em: <<https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/issue/view/32/showToc>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça. Departamento Geral de Arquivo e Documentação Histórica]. *Catálogo de desembargadores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro: 1751-1991*. Prefácio de Jorge Fernando, 1924-Loretti. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça. Departamento Geral de Arquivo, 1991.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Museu da Justiça. *Catálogo de prédios do PJerJ*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/10136/2288597/catalogo-predios-pjerj.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

Rio de Janeiro (Estado). [Tribunal de Justiça. Museu]. *Museu da Justiça: cadernos de*

exposições. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2009.

Rio de Janeiro (Estado). [Tribunal de Justiça. Museu]. *Museu da Justiça: cadernos de exposições – A criação dos cursos jurídicos no Brasil*. Nº 2. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2011.

Rio de Janeiro (Estado). [Tribunal de Justiça. Museu]. *Museu da Justiça: cadernos de exposições – Memorial dos Tribunais de Alçada do Estado do Rio de Janeiro*. Nº 4. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Museu da Justiça. *Tribunais do Rio de Janeiro – da Relação 1752 ao Tribunal de Justiça 2002: 250 anos*. Rio de Janeiro: Ventura Cultural, 2002.

ROCHA, Célio Erthal. Um olhar sobre o Ministério Público fluminense. Niterói: Nitpress, 2015. Disponível em: <<https://www.amperj.org/wp-content/uploads/2019/06/Um-Olhar-sobre-o->

Ministerio-Publico-Fluminense-.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *A Justiça em Niterói: juízes e tribunais, 1819-1975*. Teresópolis: Zem Gráfica e Editora Ltda, 1995.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de Justiça: regedores e presidentes*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

SOARES, Emanuel de Macedo. *As ruas contam seus nomes*. Niterói: Niterói Livros, 1993. Disponível em: Centro da Memória Fluminense (CEMEF) <[http://www.bibliotecas.uff.br/mwginternal/de5fs23hu73ds/progress?id=Obs2hPXmeHBIn4tPk\\_1KsVguawYsKbP8jawjD7Z-AIU](http://www.bibliotecas.uff.br/mwginternal/de5fs23hu73ds/progress?id=Obs2hPXmeHBIn4tPk_1KsVguawYsKbP8jawjD7Z-AIU)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SUSSEKIND, Arnaldo. Desembargador Frederico Sussekind (Centenário). In: *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, nº 5, pp 230/321, 1990.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). *Relatório 1969*. Presidente: José Murta Ribeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). *Relatório referente ao ano de 1971 apresentado ao Tribunal Pleno pelo seu presidente desembargador Moacyr Rebêllo Horta*.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Guanabara). *Relatório referente ao ano de 1972, apresentado ao Tribunal Pleno pelo seu presidente, Desembargador Moacyr Rebello Horta*.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). O Museu da Justiça lamenta o falecimento de seu ilustre colaborador e amigo Marcelo Santiago Costa. In: *Informativo Interação*. PJEJ, Jul./Ago. 2007, n. 10, p. 36. Disponível em: [http://www.trj.jus.br/documents/10136/30092/informativo\\_10.pdf](http://www.trj.jus.br/documents/10136/30092/informativo_10.pdf). Acesso em: 04 nov. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 12.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ABREU, Antonio Izaias da Costa. Felisberto Monteiro Ribeiro Neto. *IHP*. Disponível em: <[http://www.ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/aica20081111.htm](http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/aica20081111.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Academia Brasileira de Letras Jurídicas. *Patronos e Ocupantes*. Disponível em: <<http://www.ablj.org.br/patronos.asp>>. Acesso em: 1 out. 2020.

Academia Fluminense de Letras Jurídicas. *Cadeiras*. Disponível em: <<https://www.academiafluminensedeletras.org.br/membros-atuais>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

Academia Fluminense de Letras. *Acadêmicos*. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/b770db\\_160628c613db41bbb8d4d4637c3c4fa7.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/b770db_160628c613db41bbb8d4d4637c3c4fa7.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

Academia Niteroiense de Letras. Disponível em: <<http://www.academianiteroiense.org.br>>. Acesso em: 4 dez. 2020.

Acervo O Globo. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

Associação Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo (ARCADAS). *Antigos alunos*. Disponível em: <[http://www.arcadas.org.br/antigos\\_alunos.php?grad=1&pagina=1618&ano=#result\\_busca](http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?grad=1&pagina=1618&ano=#result_busca)>. Acesso em: 29 mar. 2019.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI). *Elmano Cruz (1966 e 1974-1975)*. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/elmano-cruz-1966-e-1974->>. Acesso em: 08 mar. 2015.

Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ). *Galeria de Presidentes*. Disponível em: <<https://amaerj.org.br/galeria-de-presidentes/page/4/>>. Acesso em: 11 maio 2020.

Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ). *Histórico*. Disponível em: <<https://amaerj.org.br/historico/>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Disponível em: [http://www.amb.com.br/conheca-a-amb/?doing\\_wp\\_cron=1549025753.1232130527496337890625](http://www.amb.com.br/conheca-a-amb/?doing_wp_cron=1549025753.1232130527496337890625). Acesso em: 01 fev.2019.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). *Galeria de Ex-Presidentes*. Disponível em: [https://www.amb.com.br/conheca-a-amb/?doing\\_wp\\_cron=1570466464.9338440895080566406250](https://www.amb.com.br/conheca-a-amb/?doing_wp_cron=1570466464.9338440895080566406250). Acesso em: 7 out. 2019.

Botafogo Futebol e Regatas. História. <http://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=o-clube>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Center for Research Libraries – Global Resources Network. Brazilian Government Documents. <http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5Bcollection%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>. Acesso em: 04 set. 2019.

Congresso Nacional. Rede Virtual de Bibliotecas. <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/>. Acesso em: 04 set. 2019.

Colégio de Pádua. Nossa História. A fundação do Colégio de Pádua. Disponível em: <http://www.colegiodepadua.com.br/nossa-historia.php>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Centro de Memória. CNPq ano a ano. Dirigentes. Dirigentes de 1951. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Dirigente51.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Consultor Jurídico. Luto na Justiça. Morre o desembargador aposentado do TJ-RJ Olavo Tostes Filho. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-28/morre-desembargador-aposentado-tj-rj-olavo-tostes-filho>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Correios. Busca CEP. Disponível em: <http://www.buscapep.correios.com.br/sistemas/buscapep/resultadoBuscaCepEndereco.cfm>. Acesso em: 3 jul. 2020.

COSTA, Fernando. Bonum certamen certavi, fidem servavi, cursum consumavi. *Diário de Petrópolis*, 14 de dezembro de

2019. Disponível em: <<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/fernando-costa-174961>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Dicionário de Ruas de São Paulo. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/logradouro/rua-ministro-nelson-hungria>. Acesso em 18 jul. 2019.

Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Biblioteca. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Escola Nacional da Magistratura (ENM). História. Disponível em: <<https://www.enm.org.br/2018/historia.php>>. Acesso em: 7 set. 2020.

Estante Virtual. Disponível em: < <https://www.estantevirtual.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Acervo. Disponível em: <[http://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/Resultado/](http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Resultado/)

[Listar?guid=1598472151482](#)>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Hemeroteca Digital Brasileira. <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Acervo. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

GENI. Guaracy de Albuquerque de Souto Mayor. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Guaracy-de-Albuquerque-Souto-Mayor-Desemb/6000000029941284894>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

Instituto Benjamin Constant (Brasil). Galeria de ex-presidentes do IBC. Disponível em: [http://www.ibc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=459&catid=2](http://www.ibc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=459&catid=2). Acesso em: 6 nov. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Biblioteca. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31717&view=detalhes>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ildefonso Mascarenhas da Silva. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/IMSilva.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.

Internet Archive. Disponível em: <<https://archive.org/>> Acesso em: 23 fev. 2020.

Jusbrasil. Diários Oficiais. <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil). Histórico de autoridades do Cade

(1963-2019). Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/autoridades-do-cade-desde-1963-tribunal-plenario-sg-mp-dee.pdf/@@download/file/Autoridades%20do%20Cade%20desde%201963%20-%20Tribunal,%20Plen%C3%A1rio,%20SG,%20MP,%20DEE.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Resumo Histórico. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/resumo-historico>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Criação do Ministério Público do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-memoria/linha-do-tempo/criacao-do-ministerio-publico-do-distrito-federal>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Criação do Ministério Público do Distrito Federal. Lista dos

Procuradores-Gerais. Disponível em: < [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/70735/mprj\\_inst\\_lista\\_procuradores\\_gerais.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/70735/mprj_inst_lista_procuradores_gerais.pdf)>. Acesso em 21 mai. 2020.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Listagem dos Procuradores-Gerais. Decreto Estadual nº 272 de 29/06/1891. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-memoria/linha-do-tempo/listagem-dos-procuradores-gerais-decreto-estadual-n-272>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

Museu Histórico Nacional (MHN). Biblioteca Virtual. Relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional (1930-1940), em 1940, p. 229. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=caneta%20de%20ouro>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Museu Histórico Nacional (MHN). Ofício nº 4 de 4 de janeiro de 1941. Disponível

em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/34760>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

Museu Histórico Nacional (MHN). Tribunal de Apelação (Distrito Federal). Ofício nº 937 de 30 de dezembro de 1940. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/MHN/34759>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

NITERÓI (Prefeitura). Secretaria de Urbanismo e Controle Urbano da Prefeitura de Niterói. Disponível em: <<http://www.urbanismo.niteroi.rj.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

Ordem dos Advogados do Brasil. 12ª Subseção. Nota de falecimento. Disponível em: <http://oabcampos.org.br/materia.php?id=402>. Acesso em: 17 jul. 2020.

Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LEXML). Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Disponível em:

<<http://www.conexaoescola.rj.gov.br/nossas-escolas?Pagina=&Nome=desembargador+alvaro&CodigoDaRegional=&Municipio=&Bairro=>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo – PAA/PAL – Acervo de Imagens. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaImagensPrincipal.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo. Ruas. Rio: Sistema de Histórico de Reconhecimento de Logradouro. Disponível em: <<http://ruas.rio/servicosonline/consulta.php>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TRJ e STJ: Ministro Afrânio Costa: centenário do nascimento. Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/coletanea/article/viewArticle/2784>>.

>. Acesso em: 3 mar. 2015.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/coletanea/article/download/1385/1319>>. Acesso em: 05 out. 2018.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministros do Tribunal Federal de Recursos, STJ. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?parametro=5&cod\\_matriculamin=0001147](http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?parametro=5&cod_matriculamin=0001147). Acesso em 14. Set. 2017.

Supremo Tribunal Federal (STF). Ministros: STF – Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=209>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Distrito Federal). Biografia de Desembargadores. Disponível

em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/centro-de-memoria-digital/biografias/desembargador-hugo-auler>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Corregedoria Geral de Justiça. Portal Extrajudicial. Consulta de Nascimentos e Óbitos. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/SEIDEWEB/resultado.aspx>>. Acesso em: 3 set. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ). Acervo. Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/acervo/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ). Desembargador José Murta Ribeiro. Disponível em: <<http://ccmj.tjrj.jus.br/desembargador-jos%C3%A9-murta-ribeiro>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. Desembargador José Murta Ribeiro. Disponível em: <<http://ccmj.tjrj.jus.br/desembargador-jos%C3%A9-murta-ribeiro>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Presidente do TJ inaugura novo fórum em Santo Antônio de Pádua. Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2439129/presidente-do-tj-inaugura-novo-forum-em-santo-antonio-de-padua>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Memorial TJDFT. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/centro-de-memoria-digital/biografias/3JoaoHBraune.pdf>. Acesso em 27 nov. 2019.

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Galeria de Presidentes. Disponível em: <http://www.tre-df.jus>.

br/o-tre/conheca-o-tre-df/galeria-de-ex-presidentes/desembargador-joao-henrique-braune. Acesso em: 30 mar. 2020.

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ). Comissão Regional do Projeto Memória do Rio de Janeiro. Presidentes. Disponível em: <[http://www.tre-rj.jus.br/cemel/jsp/carrega\\_curriculo.jsp?idconteudo=81274](http://www.tre-rj.jus.br/cemel/jsp/carrega_curriculo.jsp?idconteudo=81274)>. Acesso em: 4 jun 2015

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ministros. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/ministros/apresentacao>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Memória. Galeria dos Reitores. Disponível em: <https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/memoria/galeria-de-reitores/page/2/>. Acesso em 23 out. 2020.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Arquivo CCJ. Acervo. Dôssie dos alunos (bacharéis e doutores). Dôssies de

bacharéis (1898-1974). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>>. Acesso em: 10 set. 2020.

WORLDCAT (Bibliotecas). <<http://www.worldcat.org>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

# ÍNDICE ONOMÁSTICO

## A

Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 119**

Acácio Aragão de Souza Pinto  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 131**

Achilles Carreira Lassance  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 143**

Adelmar Tavares  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 19**

Adherbal de Oliveira  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 135**

Admario Alves de Mendonça  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 162**

Afranio Antônio da Costa  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 18**

Agenor Ferreira Rabello  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 122**

Alberto Mourão Russell  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 41**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 65**

Alcides Carlos Ventura  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 157**

Alcino Pinto Falcão  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 96**

Alfredo Cumplido de Sant'Anna  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 134**

Aloysio Maria Teixeira  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 43**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 67**

Alvaro Bittencourt Berford  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 15**

Alvaro Ferreira da Silva Pinto  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 124**

Alvaro Mariz de Barros e Vasconcellos  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 38**

Amaro Martins de Almeida  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 160, 161**

Aniceto de Medeiros Corrêa  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 118**

Antonio Faustino Nascimento  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 40**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 63**

Antonio Francisco da Silva Leal Junior  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 130**

Antonio Joaquim Pires de Carvalho  
e Albuquerque Junior  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 103**

Antônio Marins Peixoto  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 47**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 72**

Antonio Neder  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 159**

Antonio Paulo Soares de Pinho  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 112**

Antonio Rodolpho Toscano Espinola  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 20**

Antonio Vieira Braga  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 22**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 52**

Armando Prestes de Menezes  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 152**

Arthur de Souza Marinho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 36**

Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 117, 120**

Ary de Azevedo Franco  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 23**

Ary Penna Fontenelle  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 150**

Augusto Moura  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 49**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 73**

Augusto Saboia da Silva Lima  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 17**

Ayres Itabaiana de Oliveira  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 136**

## B

Braulio de Castro Guidão  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 144**

Braz Felício Panza  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 148**

## C

Caetano Thomaz Pinheiro  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 126**

Candido Mesquita da Cunha Lobo  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 17**

Carlos de Oliveira Ramos  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 46**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 71**

Carlos Luiz Bandeira Stampa  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 100**

Carlos Manoel de Araujo  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 37**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 61**

Carlos Robillard de Marigny  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 38**

Cesar Salamonde  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 137**

Cesínio de Carvalho Paiva  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 138**

Clovis Paulo da Rocha  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 110**

Cristovam Breiner  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 92**

Cyro Olympio da Matta  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 142**

## D

Darcy Roquette Vaz

**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 81**

Décio Ferreira Cretton

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 174**

Décio Pio Borges de Castro

**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 97**

Deocleciano Martins de Oliveira Filho

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 89**

Diniz do Valle

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 131**

Durval Passos de Mello

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 153**

## E

Ebert Vianna Chamoun

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 101**

Edgard Ribas Carneiro

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 25**

Eduardo de Souza Santos

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 21**

Eduardo Espínola Filho

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 27  
Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 54**

Eduardo Gonçalves da Silva

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 129**

Eduardo Jara

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 104**

Elmano Martins da Costa Cruz

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 45  
Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 69**

Emmanuel de Almeida Sodré

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 24**

Enéas Marzano

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 158**

Ernesto Stampa Berg

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 43  
Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 67**

Estácio Corrêa de Sá e Benevides

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 29**

Eugenio Martins Pinto

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 32**

Eurico da Rocha Portella

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 33  
Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 58**

Eurico Rodolfo Paixão

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 27**

Everard Barreto de Andrade

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 132**

## F

Felisberto Monteiro Ribeiro Neto

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 169**

Fernando Maximiliano Pereira dos Santos  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 41**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 65**

Flamínio Barbosa de Rezende  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 14**

Flavio Fróes da Cruz  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 126**

Florencio Aguiar de Mattos  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 49**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 73**

Francisco de Oliveira e Silva  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 74, 75**

Francisco de Paula Baldessarini  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 44**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 68**

Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 18**

Francisco Pereira de Bulhões Carvalho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 31**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 57**

Francisco Rangel de Abreu  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 171**

Frederico Sussekind  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 16**

Fructuoso de Aragão Bulcão  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 41**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 66**

## G

Gastão Alvares de Azevedo Macedo  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 45**

Gastão de Castro Pache de Faria  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 143**

Geraldo Toledo  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 163**

Graccho Aurélio Sá Vianna

Pereira de Vasconcellos  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 115**

Guaracy de Albuquerque Souto Mayor  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 127**

Guilherme Estellita  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 24**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 52**

## H

Hamilton de Moraes e Barros  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 107**

Henrique Fialho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 16**

Henrique Horta de Andrade  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 85**

Homero Brasiliense Soares de Pinho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 30**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 56**

Horácio Marques de Carvalho Braga  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 130**

Hugo Auler  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 42**

## I

Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 114**

Ildefonso Mascarenhas da Silva  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 99**

Ivair Nogueira Itagiba  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 121**

Ivan Castro de Araújo e Souza  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 96**

Ivan Lopes Ribeiro  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 90**

## J

Jacinto Lopes Martins  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 151**

Jalmir Gonçalves da Fonte  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 164**

João Coelho Branco  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 33**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 58**

João Frederico Mourão Russell  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 47**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 71**

João Gonçalves da Fonte  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 135**

João Henrique Braune  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 48**

João José de Queiroz  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 86**

Joaquim Antonio Cordovil Maurity Filho  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 129**

Joaquim Henrique Mafra de Laet  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 20**

Joaquim Portella de Almeida Santos  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 128**

José Antonio Nogueira  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 13, 15**

José Argeu Cruz Barroso  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 170**

José Augusto Coelho da Rocha Junior  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 148**

José Cortes Júnior  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 128**

José de Aguiar Dias  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 76, 77**

José Duarte Gonçalves da Rocha  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 20**

José Murta Ribeiro  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 46**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 70**

José Navega Cretton  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 147**

José Pellini  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 156**

Julião Rangel de Macedo Soares  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 118**

Julio Alberto Alvares  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 98**

Julio de Oliveira Sobrinho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 19**

## L

Leonardo Smith de Lima  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 28**

Leopoldo Cesar de Andrade  
Duque Estrada Junior  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 16**

Lourival Gonçalves de Oliveira  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 108**

Luciano Alvares Ferreira da Silva  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 139**

Luis Antonio de Andrade  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 88**

Luiz Affonso Chagas  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 37**

Luiz da Silveira Paiva  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 125**

Luiz Henrique Steele Filho  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 166, 167**

Luiz Miguel Pinaud  
**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 146**

Luiz Silvério da Rocha Lagoa  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 87**

## M

Manoel Antonio de Castro Cerqueira  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 113**

Marcelo Santiago Costa  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 95**

Mario dos Passos Machado Monteiro  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 37**

Mario Guimarães Fernandes Pinheiro  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 25**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 53**

Mario Neiva de Lima Rocha  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 94**

Martinho Garcez Neto  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 40**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 64**

Mauricio Eduardo Accioli Rabello  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 91**

Mauro Gouvêa Coelho  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 93**

Mem de Vasconcellos Reis  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 27**

Miguel Maria de Serpa Lopes  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 26**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 53**

Milton Barcellos  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 36**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 61**

Moacyr Braga Land  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 154, 155**

Moacyr Rebello Horta  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 78**

Myrtharistides de Toledo Piza  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 133**

## N

Narcélio de Queiroz

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 29**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 55**

Nelson Hungria Hoffbauer

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 21**

Nelson Ribeiro Alves

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 83**

Nestor Rodrigues Perlingeiro

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 140**

Newton Quintella

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 138**

Ney Cidade Palmeiro

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 109**

## O

Octavio da Silveira Salles

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 39**

Oduvaldo José Abritta

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 111**

Olavo Tostes Filho

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 102**

Oldemar de Sá Pacheco

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 119**

Omar Murgel Dutra

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 38**

Orlando Carlos da Silva

**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 144**

Oscar Accioly Tenorio  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 34**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 59**

Oswaldo Rodrigues Lima  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 145**

## P

Paulo Alonso  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 79**

Paulo Castilho  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 165**

Pedro Bandeira Steele  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 105**

Plínio Pinto Coelho  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 166**

## R

Rizzio Affonso Peixoto Barandier  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 80**

Roberto João da Silva Medeiros  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 42**  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**da Guanabara, 66**

Romão Côrtes de Lacerda  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 28**  
**Tribunal de Justiça do Estado**

**da Guanabara, 54**

Romeu Rodrigues Silva  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 172**

Roque Batista dos Santos  
**Tribunal de Justiça do Estado**  
**do Rio de Janeiro, 173**

## S

Sady Cardoso de Gusmão

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 35**

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 60**

Salvador Pinto Filho

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 84**

Saul de Gusmão

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 22**

Saulo Itabaiana de Oliveira

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 149**

Sebastião Perez Lima

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 85**

Severino Alves de Souza

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 82**

Sydenham de Lima Ribeiro

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 123**

Sylvio Martins Teixeira

**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 25**

Sylvio Valdetaro Coimbra

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 141**

Synésio de Aquino Pinheiro

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 168**

## T

Thiago Ribeiro Pontes

**Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, 87**

Tobias Dantas Cavalcanti

**Tribunal de Justiça do Estado  
do Rio de Janeiro, 123**

## V

Valporê de Castro Caiado  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 106**

Vicente Ferreira da Costa Piragibe  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 14**

Vicente de Faria Coelho  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 39**  
**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 62**

## X

Xenocrates João Calmon de Aguiar  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 44**

**Tribunal de Justiça do Estado  
da Guanabara, 68**





